



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

O acesso à habitação e a reintegração social da Pessoa em situação de Sem Abrigo: uma análise ao programa Housing First.

Vânia Pereira Mendes

Mestrado em Serviço Social,

Orientadora:

Doutora Inês Casquilho-Martins, Professora Auxiliar,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas (ESPP)

O acesso à habitação e a reintegração social da Pessoa em situação de Sem Abrigo: uma análise ao programa Housing First.

Vânia Pereira Mendes

Mestrado em Serviço Social

Orientadora:

Doutora Inês Casquilho-Martins, Professora Auxiliar
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2025

Agradecimentos

A realização da presente dissertação era impossível sem as pessoas incríveis que tenho à minha volta, pessoas que sempre me ajudaram a não desistir, a encarar todos os desafios e, sobretudo, a olhar para o mundo com outros olhos.

Por isso, a todos que me rodeiam diariamente, um muito obrigada.

Um obrigada às minhas amigas, por me ensinarem a importância da amizade na vida adulta, que também é uma forma de amor e, em especial, à minha grande amiga Joana – embora, por vezes, nos encontremos em pontos opostos da vida, encontramos sempre espaço para desabafar, chorar e orientarmo-nos uma à outra nesta grande aventura que é a vida.

Um obrigada à minha mãe, D^a. Domingas Pereira, por ser uma mulher de exemplo, uma mulher guineense de garra que sempre lutou para dar o melhor aos seus 4 filhos. Um obrigada à Dina, por ser uma irmã mais velha que tem sempre as palavras certas, e ao meu irmão Ricardo, por me ensinar a não ter medo de sair da zona de conforto e arriscar.

Um obrigada especial à Sara, à Rita, à Inês e ao Diogo por todos os dias me ensinarem a importância do cuidado para com o outro, de valorizar as competências de cada pessoa, do profissionalismo e de acreditar na pessoa mesmo quando esta já desistiu dela própria. Obrigada por, no fundo, me darem a conhecer a importância do olhar profissional humano. Um obrigada também à restante Equipa de RSI de Porto Salvo por estarmos sempre presentes uns para os outros.

Um obrigada ao Ricardo, por estar ao meu lado em cada etapa e por ser o meu significado de segurança, calma, amor e conforto, mas também de disciplina, ambição e perseverança. Obrigada por me ensinar que não existem desafios maiores do que nós, nem barreiras impossíveis de ultrapassar quando temos a pessoa certa ao nosso lado.

O meu agradecimento às pessoas que me apoiaram na fase de preparação do estudo, Vitória e Marta, e também à Inês e Carolina da equipa Housing First, pelo apoio e colaboração prestados durante o desenvolvimento da investigação, assim como a todos os docentes do presente mestrado.

Um enorme obrigada à professora Inês Casquilho-Martins, por todo o acompanhamento, pelos conselhos, pela paciência, pela disponibilidade, pela dedicação, pela orientação e pelas palavras sábias que me trouxeram tranquilidade nos momentos de confusão. Obrigada por acreditar em mim mesmo quando eu duvidava.

E por fim, mas sem dúvida uma peça imprescindível neste processo, um especial obrigada à instituição que me acolheu durante este trajeto e às pessoas que se disponibilizaram para realizar as entrevistas, acolhendo-me e recebendo-me de porta aberta no seu conforto: a Casa!

Resumo

O acesso à habitação constitui, atualmente, um dos principais desafios sociais e políticos em Portugal. Este problema reflete-se de forma direta na vida dos cidadãos e na coesão social, num contexto marcado por baixos salários e pelo aumento do custo de vida, fatores que agravam situações de vulnerabilidade e exclusão. A insuficiência de políticas públicas eficazes nesta matéria tem contribuído para o crescimento do número de pessoas sem acesso a uma habitação ou a uma habitação condigna. A presente dissertação tem como objetivo analisar as respostas de intervenção comunitária direcionadas para a reintegração social de pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal, com especial enfoque nos contributos do programa Housing First.

Adotou-se uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, recorrendo à observação e à realização de onze entrevistas semiestruturadas com pessoas que experienciaram situações de sem-abrigo (sem teto e sem casa). As entrevistas foram realizadas nas habitações dos participantes, de modo a promover um ambiente acolhedor e centrado na pessoa. A informação recolhida foi tratada através de análise de conteúdo categorial, possibilitando a sistematização e interpretação dos dados.

Os resultados evidenciam que a integração dos participantes no projeto Housing First possibilitou o acesso efetivo ao direito à habitação, assegurando condições de privacidade, dignidade e segurança após vivências de exclusão social extrema. Verificou-se, igualmente, a relevância dos projetos e das equipas comunitárias no processo de reintegração social das pessoas em situação de vulnerabilidade. Foram, contudo, identificadas algumas limitações que dificultam a consolidação desse processo após a entrada na habitação. Conclui-se, assim, que é fundamental investir em respostas holísticas e integradas, capazes de promover a autonomia, o respeito e a segurança das pessoas, reivindicando não apenas o direito a um espaço privado, mas também o direito à participação e pertença no espaço público.

Palavras-chave: Pessoa em Situação de Sem-abrigo; Housing First; Reintegração Social; Habitação; Serviço Social; Comunidade.

Abstract

Access to housing is currently one of the main social and political challenges in Portugal. This problem has a direct impact on citizens' lives and social cohesion, in a context marked by low wages and rising living costs, factors that exacerbate situations of vulnerability and exclusion. The lack of effective public policies in this area has contributed to an increase in the number of people without access to housing or decent housing. The aim of this dissertation is to analyse community intervention responses aimed at the social reintegration of homeless people in Portugal, with a particular focus on the contributions of the Housing First programme.

A qualitative methodological approach was adopted, using observation and conducting eleven semi-structured interviews with people who have experienced homelessness (roofless and houseless). The interviews were conducted in the participants' homes in order to promote a welcoming and person-centred environment. The data collected was processed using categorical content analysis, enabling the systematisation and interpretation of the information.

The results show that the integration of participants in the Housing First project enabled effective access to the right to housing, ensuring privacy, dignity and safety after experiences of extreme social exclusion. The relevance of community projects and teams in the process of social reintegration of people in vulnerable situations was also verified. However, some limitations were identified that hinder the consolidation of this process after moving into housing. It is therefore concluded that it is essential to invest in holistic and integrated responses that promote people's autonomy, respect and safety, claiming not only the right to private space, but also the right to participation and belonging in public space.

Keywords: Homelessness; Housing First; Social Reintegration; Housing; Social Work; Community.

Índice

Agradecimentos	ii
Resumo.....	iv
Abstract	vi
Índice	viii
Lista de Siglas.....	x
Introdução	1
Capítulo I – Revisão de Literatura: A situação de sem-abrigo e as respostas de reintegração habitacional e social em Portugal	4
1.1 A habitação como um direito vs. exclusão habitacional e desigualdades sociais.....	4
1.2 Estar em situação de Sem-Abrigo: conceptualização e dados relevantes para a compreensão da problemática	7
1.3 Políticas e respostas sociais dirigidas às Pessoas em Situação de Sem-Abrigo.....	11
1.4 Programas de Habitação e Inclusão Social: o modelo do programa Housing First.....	13
1.5 A intervenção do Serviço Social para a reintegração social de pessoas em situação de Sem-Abrigo	15
Capítulo II - Metodologia de Investigação.....	19
2.1 Do desenho da pesquisa ao campo empírico.....	19
2.2 Fontes e Amostra	20
2.3 Técnicas e procedimentos de recolha e tratamento dos dados	22
2.4 Procedimentos Éticos	25
Capítulo 3 - Apresentação e discussão dos resultados	27
3.1 Fatores que condicionam o direito à habitação das pessoas em situação de sem abrigo.	27
3.2 A intervenção social com pessoas em situação de sem-abrigo no Housing First	33
3.3 Recomendações para a intervenção social com pessoas em situação de sem-abrigo	39
Conclusão	43
Referências bibliográficas.....	46
Anexos	52
Anexo 1 – Modelo do Consentimento Informado	52
Anexo 2 – Modelo do Guião de Entrevista.....	54
Anexo 3 – Grelha com a matriz de análise de suporte à codificação das entrevistas	56

Lista de Siglas

AEIPS - Associação para o Estudo e Integração Psicossocial

AML - Área Metropolitana de Lisboa

APSS - Associação dos Profissionais de Serviço Social

CAES - Centro de Alojamento de Emergência Social

CAT - Centro de Acolhimento Temporário

CLAS - Conselhos Locais de Ação Social

CML - Câmara Municipal de Lisboa

CRP - Constituição da República Portuguesa

EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza

ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

FEANTSA - Federação Europeia das Organizações Nacionais que trabalham com Sem Abrigo

HF - Housing First

INE - Instituto Nacional de Estatística

IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social

NPISA - Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo

OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ONG - Organização Não Governamental

PSSA - Pessoa em Situação de Sem-Abrigo

RRMD - Redução de Riscos e Minimização de Danos

RSI - Rendimento Social de Inserção

SSA - Situação sem-abrigo

UE - União Europeia

Introdução

A presente dissertação, intitulada “O acesso à habitação e a reintegração social da pessoa em situação de sem-abrigo”, foi elaborada no âmbito do Mestrado em Serviço Social do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, partindo este estudo do interesse e necessidade em compreender a complexidade do fenómeno da crise da habitacional e exclusão social, bem como de analisar as respostas que em Portugal procuram promover a reintegração e o exercício de cidadania plena das pessoas em situação de sem-abrigo. Este estudo foi desenvolvido na área científica do Serviço Social, sendo relevante que o conhecimento, a intervenção social e a atenção política contribuam para a construção de respostas sociais mais inclusivas e participativas, especialmente na atuação junto das pessoas em situação de sem-abrigo que seja centrada na pessoa e que reconheça a sua dignidade, o seu potencial e as suas forças, uma vida com autonomia e segurança e os seus direitos.

A habitação constitui uma fonte de estabilidade e segurança para o indivíduo, num mundo cada vez mais instável, onde o facto de se ter emprego já não constitui uma garantia, por si só, de uma vida estável ou livre de pobreza (Pinto, 2020). Desde 1976, a habitação é um direito consagrado no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa, remetendo para que cada indivíduo tenha acesso a uma habitação segura e condigna (Canotilho & Moreira, 2007). Tal como referido por Rocha (2015), é o Serviço Social no quadro dos seus valores e princípios basilares, e sobretudo a defesa dos direitos humanos, fundamenta a atuação profissional dos assistentes sociais a par da responsabilização do Estado para assegurar políticas e habitações a preços acessíveis em diferentes locais do território, com o objetivo de promover a sua coesão e, simultaneamente, garantir a integração social. Segundo Canotilho & Moreira (2007) ter acesso a uma habitação é um elemento para o exercício pleno da cidadania, pois garante os alicerces mínimos para o exercício pleno dos seus direitos de participação social e política, sendo essencial para alcançar o seu bem-estar físico e mental, mas também o acesso à educação, à saúde, ao trabalho e à participação política. Todas as políticas e programas com vista a eliminação das carências habitacionais da população têm como base um enquadramento constitucional não só nacional como internacional, tendo sido desenvolvidos com bases nesses princípios para que os indivíduos possam não só sobreviver, mas viver com qualidade de vida, daqui se destaca a Declaração Universal dos Direitos Humanos, também outros documentos de relevo na orientação das políticas nacionais. Numa das recentes fichas temáticas sobre a União Europeia publicadas pelo Parlamento Europeu sobre a crise de habitação na União Europeia, Sasse & Berz (2025, abril) destacam que “o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e a Iniciativa Vaga de Renovação sancionaram uma maior ação da UE para combater especificamente o fenómeno dos sem-abrigo e assegurar habitação e condições de vida dignas e a preços acessíveis”. Os principais obstáculos à reintegração social das pessoas em situação de sem-abrigo residem, sobretudo, na inexistência de habitações acessíveis, uma causa estrutural e sistémica que perpetua esta condição. Aliado a fatores, tais como

os desemprego, a pobreza e a falta de proteção social, que se refletem na fraca execução e articulação das políticas públicas, numa sociedade em constante transformação. A criação de políticas de habitação em Portugal surgiu como forma de dar resposta a um dos problemas estruturais, sendo o ponto de partida mais tardio do que nos restantes países europeus. Trata-se, assim, de “[um] sectores mais secundarizados do Estado Social” (Mendes, 2020, p.80). Em períodos de crise, esta questão é agudizada. No decurso da crise financeira de 2008 e a consequente adoção, a partir de 2010, de políticas de austeridade, as respostas de proteção social ficaram mais enfraquecidas, impactando as populações mais vulneráveis, que, em muitos casos, com destaque para as populações do sul da Europa (Casquilho-Martins, 2021; Hespanha & Portugal, 2015).

Tendo em conta o exposto, a presente investigação orientou-se pela seguinte pergunta de partida: Como é que a intervenção social nos programas habitacionais contribuiu para o processo de reintegração social de Pessoa em Situação de Sem-abrigo? A partir desta pergunta o estudo começou a ser desenhado. Inicialmente, pensou-se em estudar um leque alargado de respostas comunitárias, tendo posteriormente se optado por dedicar uma maior atenção ao programa Housing First em Portugal, dada oportunidade para investigar algo ainda pouco explorado na literatura. Neste sentido, o objetivo geral desta investigação consiste em analisar as respostas de intervenção comunitária direcionadas para a reintegração social de pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal, com especial enfoque nos contributos do programa Housing First. Como objetivos específicos, procurou-se: i) identificar fatores estruturais, institucionais e individuais que condicionam o acesso e a efetivação do direito à habitação em Portugal, analisando o seu impacto nos processos de exclusão social e habitacional das pessoas em situação de sem-abrigo; ii) analisar as perceções, vivências e experiências de intervenção social para a reintegração social de pessoas em situação de sem-abrigo abrangidas pelo programa Housing First. iii) elaborar recomendações para a intervenção social com pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal e, em particular, dos assistentes sociais, que visem a capacitação, autonomização e reintegração social e habitacional. Ou seja, esta investigação centra-se na análise de programas e projetos que promovem a reintegração social das pessoas em situação de sem-abrigo, a partir da necessidade de dar voz à história e perceção destas pessoas, valorizando as suas experiências e perspetivas. Entre estas respostas destaca-se o programa Housing First, que coloca o indivíduo no centro da intervenção e defende o acesso à habitação como condição essencial e ponto de partida para o processo de inclusão social. Este modelo, baseado na Redução de Riscos e Minimização de Danos, evidencia a importância do acompanhamento social continuado, de forma a assegurar a estabilidade habitacional e a consolidação dos percursos de reintegração.

A investigação desenvolvida seguiu uma metodologia qualitativa para que houvesse uma maior aproximação às experiências e perspetivas das pessoas em situação de sem-abrigo. Após o contacto com as entidades que disponibilizam a resposta Housing First, obteve-se autorização para que o estudo pudesse ser realizado. Foram realizadas onze entrevistas semiestruturadas a pessoas (sete homens e

quatro mulheres) que vivenciaram situações de sem-abrigo (sem-teto e sem casa) e que à data da investigação integravam projetos do modelo Housing First. A recolha de dados foi complementada com observação direta. O tratamento e a análise da informação foram realizados através da análise de conteúdo categorial, possibilitando a identificação de padrões, categorias e sentidos emergentes do discurso dos participantes. A relevância desta investigação reside na sua contribuição para o conhecimento científico em Serviço Social, ao aprofundar a reflexão sobre os modelos colaborativos de habitação e as práticas orientadas pelas políticas de habitação dirigidas às pessoas em situação de sem-abrigo, mas também pelo saber das experiências das pessoas e das equipas. Pretende-se, igualmente, oferecer contributos que possam sustentar recomendações para políticas públicas mais eficazes e humanizadas, que reconheçam o direito à habitação como um pilar essencial da cidadania. Como referem Cancela et al.(2023), “o desenvolvimento de abordagens estratégicas integradas e concertadas para a situação de sem-abrigo são a chave para alcançar a mudança necessária para soluções baseadas nos direitos, para combater o fenómeno das PSSA e a situação de exclusão habitacional” (p.47).

Deste modo, a presente dissertação estrutura-se em três capítulos, para além da introdução e da conclusão. O Capítulo I apresenta o enquadramento teórico e conceptual da temática em estudo, abordando a habitação enquanto direito fundamental e as problemáticas associadas à exclusão habitacional e às desigualdades sociais. São igualmente analisadas as políticas e respostas sociais dirigidas às pessoas em situação de sem-abrigo, com particular enfoque no programa Housing First, bem como o papel do Serviço Social na promoção da reintegração social e habitacional destas pessoas. No capítulo II é explanada a metodologia de investigação que orientou o estudo, descrevendo o desenho da pesquisa, as fontes e a amostra utilizadas, as técnicas e procedimentos de recolha e tratamento dos dados e os princípios éticos que sustentaram todo o processo de investigação. O Capítulo III é dedicado à apresentação e discussão dos resultados, procurando identificar os fatores que condicionam o direito à habitação das pessoas em situação de sem-abrigo, analisar a intervenção social no âmbito do programa Housing First e, finalmente, propor recomendações que possam contribuir para o aperfeiçoamento das práticas profissionais e das políticas de inclusão social e habitacional. Por último, na Conclusão, são sintetizadas as principais reflexões e contributos resultantes do estudo, destacando as implicações para o Serviço Social e para a definição de estratégias e políticas públicas mais eficazes no combate à exclusão habitacional e à reintegração social das pessoas em situação de sem-abrigo.

Capítulo I – Revisão de Literatura: A situação de sem-abrigo e as respostas de reintegração habitacional e social em Portugal

1.1 A habitação como um direito vs. exclusão habitacional e desigualdades sociais

O direito à habitação, é por natureza, um direito social, uma vez que visa abranger todos os cidadãos com base na salvaguarda da dignidade humana, através da intervenção direta do Estado. Este direito apresenta duas vertentes: por um lado, funciona como um direito negativo, na medida em que o indivíduo não pode ser impedido de aceder a uma habitação; por outro lado, trata-se de um direito positivo, na medida que implica ação do Estado no desenvolvimento de políticas públicas eficazes para garantir o seu cumprimento (Canotilho & Moreira, 2007). Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, celebrada em 1948, é afirmado o direito à habitação como um direito fundamental do indivíduo para que este tenha uma vida digna, com saúde, bem-estar e conforto, sendo a habitação em conjunto com a alimentação, vestuário e cuidados médicos e segurança social, fatores essenciais para o indivíduo viver condignamente. Oliveira et al. (2020) afirmam que “ter um lugar seguro para viver corresponde, efetivamente, a uma exigência fundamental para a dignidade, a saúde física e mental bem como para a qualidade de vida de qualquer ser humano” (p.151), tratando-se de um direito a uma habitação condigna ou adequada. A Constituição da República Portuguesa estabeleceu o direito a uma habitação digna para todos os indivíduos. De acordo com Canotilho & Moreira (2007), o direito à habitação implica que todos os indivíduos tenham acesso a uma habitação adequada, não apenas em termos de dimensão, mas também de condições de higiene e conforto, na qual sejam salvaguardados a privacidade pessoal e familiar, bem como o direito ao descanso. Desta forma, o Estado “está incumbido, por isso de «programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral de território (...) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respetivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução»” (Allegra & Giovanni, 2024, p.61). A presença deste direito na Constituição reconhece a importância da dignidade humana, justiça social e igualdade perante todos os indivíduos, tendo uma base legal e ética. Refere-se assim que “um texto constitucional é sempre uma carta de identidade nacional e uma «biografia fundamental» de um Estado e sociedade concretos” (Canotilho & Moreira, 2007, p.7).

Apesar de o direito à habitação estar consagrado constitucionalmente, na prática a sua aplicabilidade evidencia diversas falhas, sobretudo relacionadas com a morosidade na implementação das políticas públicas. A vulnerabilidade na garantia deste direito manifesta-se não apenas na falta de uma casa permanente, mas também na incapacidade de manter uma habitação adequada devido a problemas financeiros ou sociais. É importante salientar que a habitação vai além de um simples espaço físico, pois é no lar que se constroem os primeiros laços sociais, afetivos e também a identidade do indivíduo, que são essenciais para garantir uma vida digna, estável e equilibrada (Cunha et al.,

2017). A habitação deve garantir o bem-estar emocional e físico das pessoas, afastando a ideia de que uma casa é apenas um espaço físico de abrigo. É, portanto, imprescindível, a intervenção social na defesa dos direitos das pessoas, assumindo o direito à habitação um papel central, sobretudo para os que se encontram em situações vulneráveis, como as pessoas em situação de sem-abrigo. A habitação dever ser entendida como um direito fundamental e não apenas como um bem físico ou mercadoria, uma vez que garante a inserção do indivíduo na comunidade, necessário para o pleno exercício da cidadania (L'Huillier, 2021). Assim, destaca-se também o direito à pertença comunitária na qual a pessoa consiga construir o seu capital social, cultural e económico, através da construção de novas dinâmicas sociais que ocorrem no espaço social vigente: “el espacio urbano se cristaliza como un producto-mercancía y, a su vez, como garante de las mismas relaciones de producción” (L'Huillier, 2021, p.111). O espaço é assim fundamental para o suporte das relações sociais. No entanto, tem vindo a ser usado como mercadoria, valorizando-se o seu valor de troca em detrimento do seu valor de uso, ou seja, das necessidades reais dos indivíduos que habitam a cidade. Realça-se assim a importância e proteção do direito à cidade para os todos indivíduos, enquanto direito coletivo que garante a participação ativa dos cidadãos na construção dos espaços urbanos que habitam (L'Huillier, 2021).

Com o desenvolvimento das cidades, a habitação passa a ser vista como um capital ou ativo financeiro do qual o indivíduo tem apenas como objetivo tirar o proveito económico. Guerra (2011) refere que “o discurso sobre o equilíbrio das dinâmicas habitacionais passou da defesa do “direito à habitação” para o debate centrado no “equilíbrio entre oferta e procura” (p.42). Casquilho-Martins (2021) salienta que no decurso da crise de 2008 e do programa de austeridade em Portugal, surgiram novos públicos em situação de vulnerabilidade socioeconómica devido à incapacidade de fazer face ao pagamento de rendas ou crédito à habitação. Mendes (2020) refere a especulação imobiliária como uma causa da crise da habitação principalmente nas grandes áreas metropolitanas do Porto e Lisboa, com o turismo e o desenvolvimento do Alojamento Local a provocar alterações significativas nas dinâmicas da comunidade e no acesso à habitação. Pinto (2020) argumenta que esta realidade reflete uma desresponsabilização do Estado e um desenvolvimento precário a nível económico que acentuam a competitividade relativamente ao mercado imobiliário que coloca em causa a concretização plena do direito à habitação, perpetuando as desigualdades sociais e territoriais.

Atendendo à crise da habitação que se tem agudizado em Portugal, mas também noutros países da Europa, Mendes (2020) alerta para um ambiente de instabilidade e precariedade, onde os cidadãos são forçados a comprometer uma parte excessiva do rendimento do agregado familiar para a habitação, comprometendo o seu direito a uma vida condigna e a uma habitação adequada. Desta forma, torna-se, assim, necessário reconhecer a importância do papel da comunidade e dos movimentos sociais na reivindicação e defesa desse direito a par das políticas que muitas vezes não concretizam ou atingem o seu propósito. As crises e as políticas restritivas acabam por perpetuar um ciclo de vulnerabilidade, onde o aumento do desemprego e a dificuldade em aceder a créditos, aliado a inexistência de habitações a preços acessíveis, colocam as pessoas numa grave situação de exclusão

social em que “os fenómenos de precariedade do emprego e de mobilidade social negativa afetam um grupo alargado de famílias e, sobretudo, geram instabilidades de rendimentos de difícil controlo” (Guerra, 2011, p.42). Há que realçar que o problema habitacional não reside necessariamente na inexistência de alojamentos, mas sim na dificuldade de acesso à habitação, fortemente condicionada pela ausência de políticas públicas eficazes que respondam às reais necessidades da população (Pinto, 2020). Os preços das rendas praticadas no mercado habitacional encontram-se desajustadas face aos rendimentos da população portuguesa, tornando inacessíveis a habitação para muitos indivíduos e famílias. Segundo o INE, em 2021 existiam em Portugal “723215 alojamentos vagos, correspondendo a 12,1% do total de alojamentos familiares clássicos” (INE, 2024, p. 74). A região do Alentejo destaca-se com 16,3% do total de alojamentos vagos, superando regiões como o Algarve (11,9%) e a Grande Lisboa (11,1%), que ficam abaixo da média nacional. Isso realça o aumento de alojamentos vagos no interior, refletindo a persistente dicotomia entre litoral e interior em termos sociais, económicos e de saúde. O litoral beneficia de maior desenvolvimento em infraestruturas, oportunidades de emprego, serviços de saúde e outros serviços essenciais, como correios e bancos. Quanto aos alojamentos vagos fora do mercado, ou casas devolutas, em 2021 contabilizavam-se 402609 unidades sem necessidade de reparação ou com reparações ligeiras. Este número é significativamente superior às 136.800 carências habitacionais identificadas. Assim, “o país estava dotado de um número de alojamentos vagos suficientes para suprir as carências habitacionais quantitativa” (INE, 2024, p. 106). No entanto, devido à forte pressão do mercado imobiliário e à fragilidade das políticas públicas de habitação, esta potencial resposta não se concretiza. Tal situação perpetua o agravamento da crise habitacional, marcada por um desequilíbrio entre a oferta e a procura onde é possível evidenciar uma oferta pública insuficiente e um setor privado em crescimento, que coloca muitas famílias numa situação de insegurança, instabilidade e vulnerabilidade (Pinto, 2020).

Segundo Costa (2015), o conceito de pobreza e de exclusão social, a par do conceito de desigualdade, estão diretamente interligados, sendo necessário delimitar as suas fronteiras, uma vez que cada conceito detém, só por si, diversas camadas. A pobreza está associada à falta de recursos, enquanto a exclusão social está associada ao processo de marginalização do indivíduo perante a sociedade. A pobreza, conceito este mais antigo, pode ser definida como “uma situação de privação por falta de recursos” (Costa, 2015, p. 10), sendo frequentemente definida a partir de um limiar convencionado pelos órgãos competentes a nível europeu que tem como base o rendimento anual dos indivíduos. A definição do limiar de pobreza classifica como pobres todos aqueles que se encontram abaixo desse patamar, mas tende a ignorar as múltiplas dimensões que o fenómeno da pobreza abrange, logo “os recursos que mobilizamos para nos inserir na sociedade (assim como as capacidades que desenvolvemos) estarem longe de se restringir aos monetário” (Diogo et al., 2015, p. 18). No que se refere à realidade da situação de pobreza e exclusão social em Portugal, em 2023, a taxa de risco de pobreza ou exclusão social manteve-se no mesmo valor de 2022, sendo esta de 20,1% (Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza, 2024). A taxa de risco de pobreza após as

transferências sociais foi de 17%, “ou seja, integrando as prestações relativas às situações de doença e incapacidade, família, desemprego e inclusão social e contribui para uma redução adicional do risco de pobreza de 4,2 p.p (21,2% para 17,0%)” (Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza, 2024, p.6).

A “exclusão social compreende uma ideia tão ampla que se presta a vários usos e transmite uma noção geral de falta de não acessos, de desigualdade etc., que pode ser apropriada e tratada de muitas formas” (Leal, 2011, p. 10). Esta tem como base a perda de laços ou vínculos, quer estes sejam sociais ou culturais, definindo-se assim como um “conjunto de problemas que resultam de uma desarticulação entre as diferentes partes da sociedade e os indivíduos e que, consequentemente, levam ao isolamento e/ou afastamento de uma pessoa da sociedade onde está inserida, ou de um determinado grupo.” (Ricardo, 2019, p. 14). É importante reconhecer que a exclusão social também não pode ser reduzida apenas à sua dimensão económica, pois frequentemente são invisibilizadas outras formas significativas de privação como a cultural e social. A ausência de recursos ou de capital que pode ser cultural, social, simbólico, escolar ou económica existindo desta forma uma multidimensionalidade em torno do próprio conceito (Richardson, 1986). O capital social, segundo Bourdieu (1986) diz respeito ao “agregado dos recursos efectivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (Bourdieu, 1985, p.248 citado em Portes, 2000, p.135). Desta forma, as redes sociais robustas para a consolidação do indivíduo na comunidade garantem uma maior facilidade no acesso a oportunidades e recursos, tendo ainda um fator protetor em situações extremas de vulnerabilidade.

1.2 Estar em situação de Sem-Abrigo: conceptualização e dados relevantes para a compreensão da problemática

Para compreender a complexidade das problemáticas que afetam as pessoas em situação de sem-abrigo é necessário começar pela definição deste conceito. A utilização da expressão “sem-abrigo” surge apenas nas últimas décadas do século XX. A priori, as pessoas que se encontravam neste tipo de situações eram referidas apenas como pobres, estando apenas associadas à mendicidade (Aldeia, 2014). Assim, as próprias medidas de proteção social foram condicionadas pela associação da condição de sem-abrigo à mendicidade e à vagabundagem, tendo consequências punitivas, desvalorizando as diversas causas que podem resultar nesta condição. De acordo com Gonçalves (2016) o 25 de abril de 1974 e a seguida instauração de democracia foi determinante, uma vez que “introduziu uma nova compreensão do fenómeno da mendicidade focado nos problemas estruturais do país relacionados com o desenvolvimento socioeconómico e cultural” (Gonçalves, 2016, p. 7). Posto isto, o conceito referente à situação de sem-abrigo é um conceito que não é consensual em Portugal, tendo desta forma diversas leituras que se refletem em abordagens polissémicas, dificultando, por vezes, o verdadeiro levantamento das necessidades das pessoas. Pode-se assim realçar que “o fenómeno é já

reconhecido como um problema social, mas tanto a falta de um diagnóstico preciso como a discussão em volta do conceito de pessoa em situação de sem-abrigo têm levado a tornar este problema ainda mais complexo de solucionar." (Ricardo, 2019, p. 10)

A nível europeu, a Federação Europeia de Organizações Nacionais que Trabalham com as Pessoas Sem-Abrigo (FEANTSA), uma ONG dedicada a erradicar a situação de sem-abrigo na Europa, propôs uma definição uniforme do conceito para possibilitar uma recolha homogênea de dados sobre as necessidades desta população. Assim, define pessoas em situação de sem-abrigo como "todos [os indivíduos] (...) que são incapazes de ter acesso a habitação adequada, pessoal e permanente ou manter essa habitação devido a impedimentos financeiros e outros" (FEANTSA, s.d, citada em Gonçalves, 2016, p. 9). Esta uniformização do conceito visa facilitar uma articulação organizada e eficaz entre os países, permitindo identificar necessidades e desenvolver soluções através de políticas sociais adequadas, tendo sido criada uma tipologia para enquadrar cada situação. A Tipologia Europeia sobre Sem-Abrigo e Exclusão Habitacional (ETHOS), criada pela FEANTSA, procura identificar as diversas realidades em toda a Europa, distinguindo quatro categorias desde a situação de: sem-abrigo (pessoas que pernoitam na rua sem resposta ou que estão num alojamento de emergência); sem alojamento (pessoas que vivem em apartamentos de transição, estando num alojamento provisório); em habitação precária (pessoas em risco de perder a habitação na qual vivem, a qualquer momento, estando em risco de ficar numa situação de exclusão habitacional); e de habitação inadequada (pessoas a viver em condições desumanas, colocando em causa a sua dignidade, vivendo, por vezes, em condições de sobrelotação habitacional)

O conceito de “pessoa em situação de sem-abrigo” substitui o uso da terminologia de redutora de “sem-abrigo”, tendo por objetivo de humanizar o indivíduo, elucidando que o mesmo está a vivenciar uma situação de vulnerabilidade, não sendo esta uma característica intrínseca do mesmo (ENIPSSA, 2018). Esta abordagem visa combater a visão redutora que apenas vê uma pessoa carenciada sem uma habitação, sem considerar as diversas causas que podem levar o indivíduo a essa condição. A Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho, que aprovou a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA) 2017-2023 definiu o conceito de pessoa em situação de sem-abrigo como abrangendo as pessoas que “independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre: sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.” (Ponto 3, Anexo 1, Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho). Em 2024, a nova estratégia ENIPSSA 2025-2030 completa esta designação reforçando que a situação documental, a identidade e expressão de género e características sexuais e situação de deficiência como elementos de não exclusão e de abrangência do conceito. Desta forma passa a considerar-se que uma pessoa está em situação de sem-abrigo “aquela que, independentemente da sua nacionalidade, situação documental, origem racial ou étnica, religião,

idade, sexo, orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais, condição socioeconómica, condição de saúde física e mental e situação de deficiência, se encontre: sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito (Ponto 6, Anexo 1, Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2024, de 2 de abril).

Relativamente aos fatores ou às principais causas que conduzem à situação de sem-abrigo, “estar sem-abrigo é mais do que a própria condição em si, é resultado de sucessivas rupturas e perdas, que tornam a pessoa isolada e excluída do meio social e como tal não acontece por acaso. (Pereira e Silva, 1999, citado em Silva, 2014, p.5). Nos últimos anos, observou-se a emergência de um novo perfil de pessoas em situação de sem-abrigo. Este perfil caracteriza-se por indivíduos mais jovens, com mais escolaridade, muitas vezes imigrantes e trabalhadores precários, que não se encaixam nas categorias tradicionais de sem-abrigo e que enfrentam os desafios do mercado de trabalho precarizado e da desvalorização dos currículos (Gonçalves, 2016). A crescente heterogeneidade do perfil das pessoas em situação de sem-abrigo pode ser associada ao impacto das sucessivas crises económicas e habitacionais, que levaram ao surgimento de novos grupos sociais para além do perfil tradicional, sendo evidenciadas em vários estudos europeus (Fondeville & Ward, 2011). Para Jorge (2022), a situação de sem-abrigo não é apenas um reflexo da situação económica, mas sim de um conjunto de interações de fatores biológicos (doenças crónicas e dependências de substâncias), sociais (ruptura com os laços sociais, estigma social, pobreza), psicológicos (problemas de saúde mental) e até políticos no âmbito de políticas públicas ineficazes. De acordo com Felgueiras et al, 2024, a falta de recursos, laços sociais, saúde física e mental são alguns dos principais obstáculos que as pessoas em situação de sem-abrigo, enfrentam tornando o acesso a uma habitação adequada um desafio significativo. Um outro fator a considerar é a doença mental e a falta de acessibilidade aos tratamentos na comunidade e de habitação adequada, nomeadamente quando há ausência de residência formal e de um número de contacto (Jorge, 2022). O isolamento e a exclusão social contribuem para o agravamento das doenças mentais, estimando a prevalência de perturbações psiquiátricas em pessoas em situação de sem-abrigo, tais como “perturbações depressivas (11,4%-57,9%); esquizofrenia e outras doenças psicóticas (1%-45%); perturbações neurocognitivas (4-80%); transtornos bipolares e transtornos do humor (5,1%-41,3%); automutilação (69%); ideação suicida (22%-36,8%)” (Jorge, 2022, p.490).

Para Aldeia (2012) “mais do que perspectivas, a quantificação e a individualização patológica são métodos errados para estudar e produzir um fenómeno dos sem-abrigo que se caracteriza pela dominação e pela injustiça” (pp. 135-136), sendo necessário não colocar toda atenção no consumo de drogas, álcool e nas doenças mentais, mas sim nos “mercados laborais e habitacionais, o papel do Estado, as estratégias de sobrevivência de quem vive na rua, o desrespeito, a estigmatização, a desqualificação social, a pobreza” (Aldeia, 2012, p.136). De acordo com a OECD (2023), a desvalorização dos currículos e dos percursos profissionais, marcada por uma sobrevalorização das competências, penalizam as pessoas no processo de mobilidade social e de estabilidade habitacional.

Um emprego não é, por si só, garantia de acesso a uma habitação, verificando-se que os baixos salários, os empregos com contratos precários, a precariedade laboral e a falta de acesso a apoios sociais adequados contribuem para que muitos indivíduos empregados estejam em situações habitacionais inadequadas.

De acordo com os dados estatísticos recolhidos no "Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo — 31 de dezembro de 2023" (ENIPSSA, 2024), o levantamento do número de pessoas nesta situação era de 13128 pessoas em situação de sem-abrigo, em 277 concelhos portugueses que forneceram dados para este inquérito. Verificou-se um aumento comparativamente a 2022, ano em que foram sinalizadas 10773 pessoas nesta situação. Considerado a situação em que a pessoa se encontrava, de acordo com os dados do inquérito, foram sinalizadas 7705 pessoas em situação de sem-teto e 5423 em situação sem-casa, sendo proporcionalmente mais evidente nas regiões do Alentejo, da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e do Algarve. No entanto, é possível evidenciar que nas áreas urbanas e litorais (áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa) que se registam mais de metade das pessoas em situação de sem-abrigo, refletindo o aumento do custo de vida e na escassez de respostas habitacionais acessíveis (ENIPSSA, 2024). Entre 2022 e 2023, verificou-se um aumento significativo de pessoas em situação de sem-abrigo sem teto, principalmente nas regiões do Alentejo e do Norte. Em números absolutos, o Alentejo registou um aumento de 1411 para 2144 de pessoas nesta situação, enquanto no Norte o número passou de 1240 para 1454. A AML é a única região onde a percentagem de PSSA sem casa é maior do que as PSSA sem teto, estando que 69% das pessoas em situação de sem abrigo na AML se encontram na situação de sem casa (ENIPSSA, 2024). Os dados desde inquérito indicam que, em 2023, 987 pessoas saíram da situação de sem abrigo e, obtiveram habitação permanente com destaque para a região do Norte que registou 347 pessoas autónomas, sendo que a fonte rendimento mais comum das pessoas em situação de sem-abrigo é o Rendimento Social de Inserção (RSI). Para as pessoas em situação de sem abrigo sem casa, a relação com o mercado de trabalho ainda é relativamente regular, seja através de contratos temporários ou de trabalhos ocasionais, constituindo uma fonte pontual de rendimento para tentar cobrir as suas despesas, existindo diferenças no RSI como fonte de rendimento base " 57% para os sem teto; 34% para os sem casa (ENIPSSA, 2024).

No que se refere aos grupos mais vulneráveis, apesar de todas as pessoas que se encontram nesta situação estarem em situação de vulnerabilidade e pobreza extrema, alguns autores dedicam especial atenção face a aspetos que devem ser considerados como por exemplo o género. Silva (2014) refere que "na população feminina sem-abrigo existe uma maior capacidade em recorrerem a redes de apoio social e familiar (...) na população feminina com filhos estes acabam por se constituir como uma rede de segurança" (p.4). No entanto, Godinho (2024) afirma que, as mulheres em situação de sem-abrigo têm uma tendência para uma maior predisposição para o consumo de substâncias e vulnerabilidade a várias formas de violência, comparativamente a mulheres com habitação. Ou seja, observam-se dinâmicas distintas, nomeadamente quando há um maior apoio das suas redes de proximidade. O uso

das substâncias psicoativas pode ser entendido como “causa ou consequência da sua situação” (Jorge, 2022, p.489), reforçando a importância de estudos que atendam a estas dimensões. Assim, ser mulher em situação de sem-abrigo acarreta mais riscos do que para os homens neste contexto, estando estes percursos associados a um passado de violência doméstica e sexual ou tráfico humano: “Estes fatores, para além de todos os relacionados com a situação sem-abrigo faz com que 50% a 60% sofram de distúrbios mentais e emocionais e 1/3 consumam heroína e crack” (Jorge, 2022, p.492).

Quanto à população migrante, Silva (2014) verificou um aumento do número de pessoas imigrantes em situação de vulnerabilidade social, sendo esta situação agravada pela burocracia e respostas dispersas e a morosidade dos serviços, o que constitui um conjunto de obstáculos determinantes ao acesso à habitação, ao mercado de trabalho e às restantes instituições sociais que colaboram na promoção de uma vida condigna ao indivíduo. Existindo desta forma, várias situações, tais como, “imigrante desempregado de longa duração, legal ou ilegal que, além da subsistência, envia verbas para a subsistência da família, no país de origem e não possui economias para as fases críticas, em termos de privação económica; o imigrante com perturbações do foro psiquiátrico, com dificuldades acrescidas de acesso aos cuidados de saúde; o imigrante que não consegue provar a sua identidade; os imigrantes a pernoitar em pensões, suportadas por serviços sociais ou em albergues noturnos e centros de acolhimentos” (Silva, 2014, p.4). Gonçalves & Silva (2021) referem que quando a pessoa permanece vários anos na rua, acaba por construir um descrédito das instituições sociais, vivendo desta forma, completamente isoladas, existindo desta forma uma desafiliação perante a sociedade, onde a intervenção acaba por ser mais desafiante, passando completamente despercebidas pela sociedade, sendo completamente invisíveis para a sociedade, o que pode acentuar a solidão e a marginalização. Existindo igualmente uma perda de autoestima e autoconfiança: “Esta desafiliação é uma característica proeminente de inúmeros diagnósticos psiquiátricos e perturbações da personalidade. Há quem já leva a rua em si, de forma tão intrínseca que se torna difícil perceber se não querem sair da rua ou se a rua não quer sair deles.” (Gonçalves & Silva, 2021, p.77).

1.3 Políticas e respostas sociais dirigidas às Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

A ENIPSSA - Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo - surgiu também para ajudar na consolidação do conceito de sem-abrigo. Esta Estratégia foi lançada em 2009, com a primeira aplicação de 2009 a 2015, retomando em 2016. Nascendo da necessidade de criar um órgão que pudesse consolidar toda a informação para posteriormente responder adequadamente às necessidades identificadas. Assim, “a estratégia corresponde a um conjunto de orientações gerais a nível local (...) implementando planos específicos e respeitando as necessidades locais identificadas.” (Ricardo, 2019, p. 22), apresentando metodologias necessárias para um trabalho eficaz de intervenção, procurando criar um modelo de intervenção e acompanhamento integrado, bem como a figura do Gestor de Caso (Ricardo, 2019). As principais práticas orientadoras da estratégia eram a prevenção,

intervenção e integração social, tendo a Estratégia surgido através de um grupo interinstitucional ao qual foi atribuída a responsabilidade, sob coordenação do Instituto de Segurança Social, baseando-se no respeito pelos direitos humanos e pela cidadania universal (Silva, 2014). Esta primeira estratégia teve um impacto significativo na consolidação de uma abordagem estruturada do fenómeno. A estratégia de 2017-2023 surgiu com base na primeira, mas com melhorias, incluindo um eixo sobre a avaliação da própria estratégia, com o objetivo principal de promover uma melhoria contínua e atender às necessidades das pessoas em situação de sem-abrigo. Um destes objetivos consiste na promoção da utilização de um único conceito de Pessoa em Situação de Sem-Abrigo, a nível nacional, por todas as entidades públicas e privadas como forma de homogeneizar a intervenção e garantir que todos os agentes atuem com um propósito comum, sendo este a erradicação da Pessoa em situação de sem-abrigo (Grupo de Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia [GIMAE], 2023). Fruto do impacto positivo desta estratégia, foi aprovada, através da Resolução do Conselho de Ministros Nº 61/2024, uma nova Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-abrigo para o período 2025-2030, que foi revogada e substituída pela Resolução do Conselho de Ministros nº 208/2024, de 30 de dezembro. Não obstante esta substituição, os eixos estratégicos, a estrutura e os objetivos da estratégia original foram preservados, culminando na aprovação da “Nova ENIPSSA 2025-2030” e do respetivo plano de ação para 2025-2026.

No que se refere às respostas sociais dirigidas às pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal, apresentam diferentes formas de acolhimento e acompanhamento social face à diversidade e complexidade das situações vividas por esta população, quer na situação de rua, quer na promoção da integração habitacional e social. O enquadramento das respostas sociais assenta no modelo de proteção social vigente, orientado pela ENIPSSA, havendo respostas de primeira e segunda linha, complementadas por programas inovadores de integração habitacional. É também reconhecimento a existência da Rede de Respostas Integradas em Emergência Social (RRIES) que visam uma resposta mais integrada e com maior qualidade (UIS/UCRS, 2024), nomeadamente como uma resposta de redução de danos: “não impondo quaisquer limitações no acesso ao cuidado de emergência, quer por manutenção de comportamentos considerados de risco ou nocivos socialmente ou para a saúde, quer mesmo por questões de pessoas em situação irregular no país.” (p.8).

As respostas de primeira linha correspondem às equipas de rua, cuja intervenção se caracteriza pela proximidade e acompanhamento direto no espaço público, constituindo o primeiro contacto com as pessoas em situação de sem-abrigo. Estas equipas têm como principais objetivos o estabelecimento de uma relação de confiança, a avaliação das necessidades individuais e a referenciação para respostas adequadas da rede social e de saúde, nomeadamente a par das políticas de prevenção e redução de riscos e minimização de danos (Decreto-Lei n.º 183/2001), reconhecendo o papel destas equipas na promoção da inclusão, no acompanhamento técnico e na mediação entre a pessoa e os serviços sociais, de saúde e emprego. Em cada território podem existir respostas e projetos de competência ou intervenção complementar em matéria de ação social que integram outras respostas

de suporte, tais como refeitórios sociais, balneários públicos, centros de dia, gabinetes de inserção profissional, respostas de saúde e saúde mental comunitária, muitas vezes em articulação com equipas de saúde familiar e unidades de cuidados na comunidade. Por exemplo, os Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) são criados no âmbito dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) ou das plataformas supraconcelhias, sempre que territorialmente se justifique. No que se refere a estruturas de acolhimento de emergência e transição, estas destinadas a assegurar condições básicas de segurança, alojamento e apoio social. Entre estas destacam-se os Centros de Alojamento de Emergência Social (CAES) e os Centros de Acolhimento Temporário (CAT). Os CAES, conforme definido pelo Manual Técnico do Instituto da Segurança Social (UIS/UCRS, 2024), procuram ser um espaço de acolhimento e de estar, que promove acompanhamento técnico, num clima de segurança e compreensão, procurando estratégias para gerir a situação de emergência, focando-se numa intervenção adequada na crise. Os CAES 2.0 trabalham com um consórcio de entidades locais para que a agregação de esforços e sinergias territoriais contribuam para uma resposta mais integrada e de maior qualidade. Por sua vez, os Centros de Acolhimento Temporário e os Apartamentos de Transição visam promover a autonomização progressiva das pessoas acolhidas, através de acompanhamento técnico continuado, capacitação pessoal e ligação a programas de formação, emprego e habitação. Em complemento às respostas institucionais tradicionais, ganha crescente relevância o modelo Housing First, centrado na garantia imediata de habitação permanente e estável como ponto de partida para a reconstrução da vida da pessoa, partindo do princípio de que o acesso à habitação é um direito fundamental e uma condição prévia para a recuperação pessoal e social.

1.4 Programas de Habitação e Inclusão Social: o modelo do programa Housing First

O programa Housing First foi desenvolvido em 1992 em Nova York pelo psicólogo Sam Tsemberis através da organização Pathways to Housing. Este programa tinha como objetivo principal fornecer uma resposta habitacional a pessoas que sofriam de problemas mentais e que se encontrassem numa situação extrema de vulnerabilidade social, nomeadamente em situação de sem-abrigo: "It targeted chronically homeless people who were hard to house because of mental illness and addiction problems, and offered them independent market apartments and separate support services (Tsemberis, 2010, citado em Stadler & Collins, 2023, p.1720)

Este programa defende, desta forma, que o acesso à habitação tem de ser o primeiro passo para a pessoa em situação de sem-abrigo, sendo este o ponto de partida para uma reintegração social eficaz, sempre com o acompanhamento social de uma equipa multidisciplinar. O programa foi desenvolvido de forma distinta em cada país, adaptando-se às suas necessidades, nomeadamente na atribuição de apartamentos a pessoas em situação de sem-abrigo e que tenham problemas mentais como um dos principais focos. Este é um modelo de intervenção que tem como base os princípios do modelo de Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD) que reconhece e prioriza o acesso à habitação face

a outras problemáticas que o indivíduo possa apresentar, ao contrário das abordagens tradicionais (Ornelas et al., 2021). Este modelo valoriza e respeita as vontades da pessoa, reconhecendo a sua autonomia e compreendendo que a situação de vulnerabilidade em que se encontra não a define. É uma política com grande relevância para o campo empírico das políticas públicas de habitação, na medida em que não só assegura o acesso a uma habitação digna, mas também proporciona um acompanhamento psicossocial regular, promovendo impactos positivos na reestruturação da vida do indivíduo.

O programa Housing First tem como base 5 princípios que se podem sistematizar de acordo com Stadler & Collins (2023) nomeadamente: i) o acesso imediato à habitação, não existindo obrigação da pessoa estar a tomar medicamentos ou ter de entrar num acompanhamento psicológico ou psiquiátrico específico, valorizando e respeitando a escolha do indivíduo ao longo de todo o processo; ii) a escolha do utente e o seu direito à autodeterminação, enfatizando que a pessoa está sempre no centro do processo e mantém o poder de decisão, mesmo que exista uma equipa multidisciplinar sempre presente para orientar a pessoa, esta mantém a decisão final, sendo promovidas competências de autonomia essenciais para o desenvolvimento da sua autoimagem, frequentemente fragilizada após anos em situação de sem-abrigo; iii) a orientação para a recuperação, ou seja, respeitar o tempo da pessoa, tal como o seu objetivo a longo prazo, podendo este ser estabelecer novamente laços com a sua família, integração no mercado de trabalho ou abstinência de substâncias, demonstrando assim confiança e respeito pela pessoa; iv) a recuperação e suporte individualizados, com vista a reduzir as barreiras sistémicas, valorizando a autodeterminação, escolha e qualidade de vida da pessoa; v) a integração social e comunitária, realçando a importância de distribuir os apartamentos do programa junto de outras habitações públicas, privadas e institucionais. Este modelo tem um impacto positivo, pois permite que a pessoa se integre verdadeiramente na comunidade, criando laços sociais e redes de apoio fundamentais para o seu processo de reintegração social.

Em diversos países europeus, onde Portugal não é exceção, aplicou-se o modelo Housing First, sendo a Finlândia considerada um caso de sucesso, onde o número de pessoas em situação de sem-abrigo tem diminuído significativamente, baseada no programa social com os princípios do Housing First (Ornelas et al., 2021). Através de um estudo baseado em questionários e entrevistas, que tinha como objetivo expandir a compreensão da forma como os utilizadores de serviços para os sem-abrigo vivenciam os programas Housing First na Europa, em comparação com os serviços tradicionais, é possível evidenciar que entre os países participantes (França, Irlanda, Itália, Países Baixos, Polónia, Portugal, Espanha e Suécia) prevaleceu a escolha pelo programa Housing First em detrimento dos programas tradicionais. Estes últimos acabam por ter uma abordagem focada na problemática dos consumos, onde a erradicação dos mesmos acaba por ser a prioridade para depois a pessoa adquirir uma casa, sublinhando que "This model rests on the assumption that chronic homelessness results from bad judgment, especially in regard to mental health treatment or the use of alcohol or other substances" (Greenwood et al, 2021, p.23). Assim, este modelo foi assim desenvolvido como

alternativa ao modelo tradicional referido como "staircase approach", na medida em que o modelo tradicional defendia que, para obter uma habitação, o indivíduo tinha de subir determinados passos, ou neste caso degraus, para conseguir obter uma habitação.

O modelo Housing First defende a obtenção de uma habitação como um direito humano, destacando ainda que as pessoas que obtiveram uma casa mais rapidamente mantêm-na por mais tempo do que através dos modelos tradicionais. Na Polónia, é possível evidenciar um número elevado de pessoas em situação de sem-abrigo, sendo em 2019 o segundo país europeu com a maior taxa de superlotação entre a população, existindo desta forma um défice de respostas sociais no que toca à população em situação de sem-abrigo (Bokszczanin, & Rogowska, 2021). Apenas em 2019 é que foi implementado na Polónia o programa Housing First, sendo que até lá os programas eram baseados no staircase model, onde o indivíduo tinha de passar por determinados estágios para ter direito a uma habitação, excluindo todas as pessoas que não alcançassem determinado critério. Existindo também a necessidade de relembrar constantemente que a habitação é um direito humano e não uma recompensa, realçando assim que "The solution which is the HF program today seems expensive but in the long run leads to spectacular results, reversing homelessness and, as a result, reducing the incurred costs." (Bokszczanin, & Rogowska, 2021, p.103)

Em Portugal, o modelo Housing First teve o apoio do Instituto da Segurança Social, que apoia associações comprometidas com o desenvolvimento de projetos focados na autonomia e reintegração social de Pessoas em situação de sem-abrigo, valorizando e potenciando as suas competências. (Departamento de Desenvolvimento Social, 2025). É possível assim destacar que o funcionamento do Housing First decorre não só através da atribuição de uma habitação, mas também pela garantia de uma equipa técnica e de redes formais e informais e pela criação de um Plano de Intervenção Individual com a participação total da pessoa visada, permitindo-lhe expressar as suas escolhas, necessidades e opiniões. Este é revisto a cada 6 meses com o objetivo de estar sempre atualizado de acordo com estipulado entre a equipa técnica e a pessoa (Departamento de Desenvolvimento Social, 2025).

1.5 A intervenção do Serviço Social para a reintegração social de pessoas em situação de Sem-Abrigo

A habitação constitui um determinante social fundamental e um eixo central das políticas públicas de proteção social. No campo do Serviço Social, a intervenção na área da habitação é entendida como um espaço privilegiado de materialização do direito à cidade e à dignidade humana, assumindo um papel estratégico na prevenção e superação da exclusão habitacional (Sousa & Gonçalves, 2025). Rocha (2015) enfatiza que a prática do Serviço Social deve integrar uma perspetiva ecológica e sustentável, que articule a habitação com a qualidade ambiental e com a coesão social das comunidades. A autora propõe uma abordagem multidimensional da intervenção, onde o espaço habitacional é concebido como um elemento estruturante do bem-estar coletivo. De acordo com Antunes et al., (2016), a Habitação, incluindo Habitação Social, foi uma das áreas mais expressivas da intervenção social nas

autarquias, entre no período entre 1974 e 1986, passando nos anos 90 a existir uma visão mais ampla as áreas do planeamento e desenvolvimento local a par da intervenção comunitária. Daqui se destaca a necessidade de reforçar as competências técnicas e políticas dos profissionais, incluindo o domínio de legislação habitacional, planeamento urbano e metodologias participativas, mas também numa dimensão ético-política (Rocha, 2015; Sousa & Gonçalves, 2025). A intervenção em habitação requer, assim, uma abordagem intersetorial e sustentada, capaz de responder à complexidade dos processos de exclusão e de vulnerabilidade habitacional. Como defendem Sousa e Gonçalves (2025), o Serviço Social deve posicionar-se como ator político e técnico, comprometido com a concretização efetiva do direito à habitação e com a transformação das estruturas sociais que perpetuam a desigualdade.

Para o Serviço Social, tanto o conceito de integração social como o de reintegração social são centrais na intervenção profissional, orientando práticas que visam a promoção da autonomia, a defesa de direitos e a justiça social. Ao longo da história do Serviço Social, este assume um percurso de transição de uma abordagem clássica tradicionalmente com predominância assistencialista para uma abordagem centrada na defesa dos direitos humanos, interventiva e emancipadora, visando a maximização do bem-estar social (Casquilho-Martins & Sousa, 2024). A intervenção profissional nesta área abrange múltiplas dimensões: o diagnóstico social e habitacional, a mediação entre famílias e instituições, a gestão e acompanhamento de programas de realojamento, a dinamização comunitária e a defesa de direitos (Barranco-Expósito et al., 2010). Podendo desta forma sublinhar que a integração social não deve ser entendida como o direto antónimo da exclusão social, uma vez que, sendo este um processo dinâmico, o indivíduo pode estar integrado num determinado âmbito da sua vida social e, simultaneamente, enfrentar obstáculos em outros âmbitos, o que evidencia a pluridimensionalidade do conceito (Almeida, 1993). A multidimensionalidade de fatores associada à situação de sem-abrigo, como o desemprego, o elevado custo das habitações e a ausência de políticas públicas que colmatam as necessidades da população, bem como fatores pessoais, marcam um percurso pautado “por experiências e ausências, ruturas e fragilidades, perdas progressivas onde o tempo tem um forte papel no seu agravamento” (Cancela et al., 2023, p.35). O processo de reintegração social é longo e contínuo, que se baseia na reconstrução das relações sociais, bem como, na (re)construção da autoimagem e autoestima do indivíduo perante a sociedade (Campos et al., 2022). O fator tempo é um aspeto crucial para o processo de reintegração da Pessoa em situação de sem-abrigo. Quanto mais tempo uma pessoa pernoita na rua, mais barreiras e desafios terá de superar, desenvolvendo estratégias de sobrevivência que, conseqüentemente, aumentam o seu descrédito nas instituições sociais (Cancela et al., 2023). Para as autoras, este descrédito reflete-se não só nas instituições sociais, mas também em diversos sistemas sociais básicos, nomeadamente o seu círculo social, existindo uma quebra nos laços sociais (família, amigos, relações de vizinhança ou ainda a própria comunidade) (Cancela et al., 2023).

A participação política e social é imprescindível para o processo de reintegração social, para o desenvolvimento da sua voz ativa e da sua autonomia, tal como a defesa dos seus direitos, exercendo

assim a sua cidadania (Almeida, 1993). Assim, torna-se urgente fomentar soluções integradas e eficazes que respondam aos diversos obstáculos que dificultam a reintegração social das pessoas em situação de sem-abrigo. Esta não deve entendida como um processo uniforme ou linear, mas antes como um conceito heterogêneo, que implica a valorização da capacidade de escolha do indivíduo, tal como o reconhecimento da importância do seu papel na construção do seu próprio percurso. Como refere Almeida (1993), trata-se não apenas da "(...) posse de competências virtuais ligadas à vida social, mas do efetivo uso delas" (p. 831). Desta forma é valorizada também a participação em projetos comunitários, permitindo analisar de que forma estas vivências contribuem para o processo de reintegração social. Neste contexto, a construção de relações de vizinhança e o desenvolvimento de projetos comunitários assumem um papel relevante na valorização do espaço urbano, promovendo o sentimento de pertença e, consequentemente, facilitando os processos de integração social. Como referem Sampaio et al. (2023) "a intervenção comunitária potencia práticas de inclusão social que respeitam valores comunitários e de sobrevivência, bem como o foco na cidadania, mas, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida da população" (p.211). A integração social eficaz vai muito além da simples atribuição de uma habitação. Requer, igualmente, a criação e o fortalecimento de projetos comunitários que valorizem a comunidade em que o indivíduo está inserido. Iniciativas como hortas comunitárias, redes de vizinhança entre outras respostas comunitárias que assumem um papel central não só para a valorização das suas competências individuais, tal como para a construção da sua presença na comunidade (Rocha, 2015). A intervenção social neste contexto implica uma visão holística que reconhece a interdependência entre a pessoa, a comunidade e o meio ambiente. No Serviço Social, o modelo ecossocial visa valorizar a relação do meio ambiente com as questões sociais, resultando numa abordagem integrada e necessária que alberga os fatores ambientais, políticos, sociais e económicos (Freitas & Belchior, 2023). Rocha (2015) relaciona esta proximidade remete para a ligação direta entre o meio ambiente e a habitação, uma vez que para o indivíduo ter uma integração social eficaz, é necessário que esteja inserido numa boa comunidade, com bom mobiliário urbano para que se desenvolva boas relações de vizinhança. O modelo ecossocial amplia a atuação do Serviço Social ao promover o desenvolvimento de soluções comunitárias para a sustentabilidade, fortalecendo a capacidade dos indivíduos para enfrentarem as mudanças climáticas assente na necessidade emergente da sustentabilidade ambiental (Freitas & Belchior, 2023). A intervenção social, deste modo, acaba por ter uma abordagem holística, uma vez que individualmente, apenas uma área de intervenção não conseguirá responder de forma completa a todas as necessidades da pessoa (Cancela et al, 2023). Não obstante, existem desafios de articulação interinstitucional entre habitação, saúde, emprego e educação que continuam a ser um dos maiores desafios para a eficácia das respostas (Barranco-Expósito et al., 2010).

De acordo Silva (2014) a abordagem da intervenção deverá ter como foco colocar a pessoa no centro da intervenção, centrada nos direitos humanos e na dignidade que visa a reconstrução da sua autoestima, autoimagem e autonomia. Desta forma, é necessário que as estratégias de prevenção e

de reinserção social sejam desenhadas de forma personalizada e flexível, de modo a irem ao encontro das necessidades de cada pessoa, valorizando as competências e potencialidades de cada um. A metodologia de Redução de Riscos e Minimização de Danos tem como objetivo, tal como o nome indica, reduzir os riscos associados ao consumo de substância e à exclusão social, tendo impactos positivos não só a nível social, mas também no âmbito da saúde e da segurança. (Godinho, 2024). Na intervenção através do modelo Housing First, destaca-se a participação dos beneficiários no programa, sendo estes que definem o ritmo do seu percurso, recebendo apoio individualizado ao nível das tarefas domésticas, acompanhamento psicossocial e integração na comunidade onde estão inseridos. Neste caso, o modelo HF defende que só após a garantia de uma habitação segura é possível intervir e ter um desenvolvimento positivo em outras dimensões da vida da pessoa, como o tratamento de dependências, problemas de saúde física e mental ou a reconstrução dos laços familiares. Acabando os profissionais por se adaptarem ao ritmo, necessidade e escolha do beneficiário ajustando a sua intervenção centrada na autonomia e escolha da pessoa (Ornelas et al., 2021). De todas as formas, é fundamental reconhecer o papel dos assistentes sociais e dos restantes profissionais que integram equipas multidisciplinares, essenciais para a sinergia criada na construção de projetos sociais e políticas públicas que respondam às necessidades dos indivíduos dos quais os assistentes sociais tem bastante proximidade. Como destaca Ricardo (2019) na sua investigação “o grande fator que proporciona a mudança na vida das pessoas em situação de sem-abrigo, reside na relação positiva que estabelece com o assistente social, baseada na proximidade, na confiança, na empatia, na honestidade e na valorização” (p.80).

Capítulo II - Metodologia de Investigação

2.1 Do desenho da pesquisa ao campo empírico

No presente capítulo é apresentada a metodologia da presente investigação e uma explanação do desenho de pesquisa que orientou a presente dissertação. O objeto de estudo centra-se na reintegração social das pessoas em situação de sem-abrigo inseridas em programas habitacionais baseados no modelo Housing First, tendo esta investigação partido da pergunta de partida: Como é que a intervenção social nos programas habitacionais contribuiu para o processo de reintegração social de Pessoa em Situação de Sem-abrigo? Posto isto, o principal objetivo da investigação é analisar as respostas de intervenção comunitária direcionadas para a reintegração social de pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal, com especial enfoque nos contributos do programa Housing First. Posteriormente, procedeu-se à definição dos objetivos específicos da investigação, nomeadamente: i) identificar fatores estruturais, institucionais e individuais que condicionam o acesso e a efetivação do direito à habitação em Portugal, analisando o seu impacto nos processos de exclusão social e habitacional das pessoas em situação de sem-abrigo; ii) analisar as perceções, vivências e experiências de intervenção social para a reintegração social de pessoas em situação de sem-abrigo abrangidas pelo programa Housing First. iii) elaborar recomendações para a intervenção social com pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal e, em particular, dos assistentes sociais, que visem a capacitação, autonomização e reintegração social e habitacional.

A abordagem qualitativa valoriza desta forma, a diversidade e profundidade do conhecimento levantado em detrimento do número de entrevistados. Esta abordagem enquadra-se na intenção desta investigação enriquecer e contribuir para a discussão sobre o acesso à habitação e a reintegração social das pessoas em situação extrema de vulnerabilidade social. Posto isto, constitui-se enquanto um estudo exploratório que pretende demonstrar a conexão entre a teoria e a prática no processo de reinserção social explorando o impacto dos projetos e programas na vida do indivíduo. (Sampaio, 2023). O método indutivo parte da observação de realidades particulares para a construção de uma realidade mais ampla. A indução tem como objetivo produzir conhecimento a partir de premissas empíricas, construídas com base em experiências concretas. Desta forma, pode-se destacá-lo como uma forma de prática interpretativa para a compreensão aprofundada de determinados fenómenos sociais, a partir das características identificadas nos indivíduos e nos acontecimentos. Este processo permite, gradualmente, identificar padrões de comportamento e formular interpretações mais amplas sobre a realidade em estudo (Marconi & Lakatos, 2003; Brizolla et al., 2020). As pesquisas qualitativas transformam os materiais empíricos, sendo estes (verbais, fotográficos, gravações e textuais, entre outros) numa verdadeira produção científica, destacando-se da análise quantitativa, especialmente quando combinada com outras técnicas, enriquecendo significativamente a recolha de dados para a investigação (Brizolla et al., 2020), tal como apresentado mais à frente. Desta forma, o desenho da pesquisa contemplou a realização de entrevistas semiestruturadas, conforme, mais à frente, será

desenvolvimento e explicado. Como método complementar também foi utilizada uma abordagem etnográfica, através de uma observação participante, direta e informal. Estas observações foram registadas num bloco de notas e referem-se a dinâmicas quotidianas observadas, tal como as interações que ocorriam nos espaços comuns das associações, espaços urbanos circundantes e nas próprias habitações dos participantes. Como refere Dunk-West (2018, p. 137), a abordagem qualitativa “requires the researcher to be immersed in the culture or social setting”, sendo, por isso, essencial observar o ambiente antes e durante o processo de recolha formal de dados como forma do investigador estar imerso no fenómeno que está a estudar. Com base no desenho da pesquisa delimitou-se o campo empírico deste estudo, no qual se considerou as entidades que em Portugal desenvolveram projetos baseados no programa Housing First. Em Portugal, o desenvolvimento do programa Housing First revelou os desafios e obstáculos associados à implementação eficaz do programa para indivíduos em situação de sem-abrigo de longa duração e/ou com problemas mentais. O programa foi implementado em Portugal em diferentes fases: em 2009 pela Associação para o Estudo e Integração Psicossocial (AEIPS), em 2011 pelo município de Cascais e em 2013 pela Associação de Intervenção Social Crescer. De acordo com a CML (2024), em Lisboa, o projeto Housing First é apoiado por 4 instituições diferentes, tendo um total de 400 vagas ao longo de toda a cidade. Estas entidades atuam para erradicar as situações extremas de vulnerabilidade social, estabelecendo o acesso à habitação como ponto de partida para a reintegração social do indivíduo. A intervenção baseia-se na abordagem da Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD) que aceita a realidade e reconhece que determinada problemática não pode ser eliminada de forma imediata, necessitando de várias etapas para que tal processo ocorra. A RRMD baseia-se numa abordagem de direitos humanos, colocando a pessoa no centro da intervenção e respeitando as suas decisões, garantindo segurança, dignidade e autonomia das pessoas e nos seus próprios projetos de vida (Ornelas et al., 2021).

2.2 Fontes e Amostra

A investigação optou por um tipo de amostragem intencional não-probabilística, na medida que não foi aleatória, face à natureza exploratória da investigação dada a escassez de estudos em Serviço Social sobre a temática. Uma das principais justificações para esta opção foi a intenção de recolher dados junto de pessoas em situação de sem-abrigo com o objetivo de explorar as suas vivências e as suas perceções no âmbito do programa Housing First. Os critérios de seleção da amostra foram estabelecidos com base na conjugação de duas dimensões principais: i) pessoas em situação de sem-abrigo, na medida que constitui a população-alvo da investigação; e ii) a inserção em programas Housing First, por se tratar de uma resposta habitacional centrada na pessoa, que valoriza a sua autodeterminação, dignidade e o respeito pela individualidade, sendo atualmente uma referência no campo das políticas públicas de habitação em Portugal. Desta forma, foram selecionadas como potenciais participantes: pessoas em situação de sem-abrigo que tenha vivenciado a situação durante,

pelo menos, três meses; pessoas em situação de sem-abrigo que estejam ou que tenham estado inseridas num programa de Housing First; pessoas que se voluntariassem para participar no estudo. A duração mínima de três meses de vivência da situação de sem abrigo foi definida como forma de garantir que os participantes partilham experiências comparáveis de exclusão habitacional, partindo de uma base comum, o que assegura uma maior homogeneidade na recolha de dados. Para a seleção dos participantes não foram impostas limitações de género, nacionalidade e idade como forma de enriquecer a compreensão do fenómeno estudado e da sua pluralidade de perfis. Em coerência com os princípios do modelo Housing First, que promove uma abordagem inclusiva, o consumo de substâncias e a presença de problemas de saúde mental não foram considerados critérios de exclusão (Ornelas & Moniz, 2021). Apenas como critério adicional sublinha-se a capacidade de participar voluntariamente e com estabilidade emocional e relacional para a realização da entrevista, com base numa avaliação pelas equipas técnicas que acompanham as pessoas participantes. Esta ressalva visa garantir o bem-estar e a segurança de todas as partes envolvidas no processo de investigação, valorizando a diversidade da população-alvo da investigação. Quanto à delimitação geográfica, a cidade de Lisboa foi o território escolhido, pois é onde se encontram sediadas mais associações com o Programa Housing First, sendo o universo do estudo de quatro entidades que possibilitassem a participação de pessoas elegíveis como participantes neste estudo. Após o contacto com estas entidades, uma das entidades disponibilizou-se para colaborar com esta investigação abrindo portas para estabelecer um primeiro contacto com as pessoas que eventualmente pudessem participar no estudo. Quanto à caracterização da amostra, as pessoas participantes não serão identificadas por uma questão de segurança, confidencialidade e salvaguarda, em conformidade com o consentimento informado partilhado e assinado (ver Anexo 1). Foram selecionadas doze pessoas em situação de sem abrigo que se encontravam ou encontraram integradas em programas Housing First cujas informações seriam relevantes para a investigação, assegurando a variedade da amostra, apesar de não ser representativa estatisticamente.

Tabela 1 – Caracterização sociodemográfica da amostra por participante

Código	Género	Idade	Nacionalidade	Escolaridade	Situação Laboral	Tempo em SSA	Tempo no HF
P1	M	58	Portuguesa	8º ano	Desempregado	3ª	2ª
P2	M	66	Portuguesa	6º ano	Desempregado	3ª	3ª
P3	F	28	Venezuela	12º ano	Empregada	2ª	4ª
P4	M	64	Portuguesa	9º ano	Desempregado	10ª	5ª
P5	F	68	Portuguesa	2º ano	Pensionista	3ª	5ª
P6	F	58	Portuguesa	4º ano	Desempregada	12ª	5ª
P7	M	51	Portuguesa	4º ano	Desempregado	15ª	5ª
P8	M	40	Peruana	12º ano	Empregado	1ª	4ª
P9	M	64	Portuguesa	9º ano	Desempregado	4ª	4ª
P10	M	57	Portuguesa	5º ano	Desempregado	10ª	5ª
P11	F	28	Portuguesa	12º ano	Desempregada	1ª	3 meses

Fonte: Elaboração própria

Embora o objetivo inicial fosse entrevistar 12 participantes, devido a constrangimentos foram realizadas 11 entrevistas. A recolha de dados de dados primários teve como objetivo principal realizar a recolha de dados em primeira pessoa, permitindo interpretar a realidade social em questão, dado que através da pesquisa qualitativa se procura interpretar os fenómenos sociais de acordo com o significado que os indivíduos lhe atribuem (Brizolla et al., 2020). Conforme apresentado na Tabela 1, a amostra do presente estudo é constituída por 11 participantes, sendo 7 do género masculino e 4 do género feminino, com idades compreendidas entre os 28 e 68 anos. A maioria tem a nacionalidade portuguesa, exceto 2 participantes. Existe uma baixa qualificação entre os participantes que se reflete em empregos precários e salários menos atrativos para fazer face ao custo de vida atual que se traduz numa situação de instabilidade habitacional. Uma das participantes não concluiu o primeiro ciclo do ensino básico (tem apenas o 2º ano de escolaridade), 2 participantes concluíram o 1º ciclo, um participante não concluiu o 2º ciclo (possui o 5º ano de escolaridade). Outro participante concluiu o 2º ciclo, enquanto um não tem o 3º ciclo, tendo completado o 8º ano de escolaridade. 2 participantes têm o 9º ano e, por fim, 3 participantes têm o ensino secundário completo. Nenhuma das pessoas participantes tem formação ao nível do ensino superior. Em relação ao estado civil, a maioria tem o estado civil solteiro, destacando-se apenas que uma pessoa está divorciada. Há três participantes afirmam estar em união de facto com o respetivo companheiro ou companheira. Quanto à situação laboral e de rendimentos, apenas 3 participantes não se encontram numa situação de desemprego, sendo que destes um participante está a receber a pensão de velhice e o Complemento Social para Idosos. Dois dos participantes estão empregados, sendo estas pessoas de nacionalidade estrangeira e com o ensino secundário concluído. As pessoas em situação de desemprego, auferem o RSI como único rendimento. Quanto ao período de tempo em que se encontram em situação de sem-abrigo, a duração varia entre 1 ano e 15 anos, tendo sido contabilizada o tempo em que a pessoa estava em situação sem-abrigo (sem casa e/ou também sem teto). Desta forma, o conceito foi considerado de forma global, como forma de estabelecer que é necessária estabilidade habitacional que se reflete na dignidade e respeito pela vida das pessoas que se encontram numa situação de vulnerabilidade. Relativamente ao tempo de permanência no projeto Housing First, as pessoas participantes estão no projeto entre 3 meses e 5 anos, refletindo em diversas fases na reintegração social.

2.3 Técnicas e procedimentos de recolha e tratamento dos dados

Esta investigação seguiu uma abordagem qualitativa, recorrendo a entrevistas semiestruturadas a pessoas em situação de sem-abrigo. Através destas entrevistas, será realizado um levantamento das suas experiências e perceções, mas também procurar conhecer os percursos de vida e o impacto dos programas e projetos comunitários, permitindo a construção e consolidação de conhecimento a partir de uma realidade empírica (Brizolla et al., 2020). As entrevistas semiestruturadas são assim a melhor escolha para a presente investigação, na medida em que são “um meio para conhecer, compreender e explicar os significados que indivíduos e/ou grupos atribuem aos fenómenos de ordem social e/ou

psíquica nos quais esses indivíduos e grupos estão inseridos” (Brizolla et al., 2020, p.108). Não existe necessariamente um consenso quanto ao número ideal de entrevistas. O mais importante é garantir a qualidade, honestidade e rigor ético no processo, bem como justificar a escolha do método e do tamanho da amostra, explicando de forma clara por que razão esse número se revela adequado à investigação (Bekele & Ago, 2022). Tendo em conta a pergunta de partida e os critérios definidos para a seleção da amostra, é possível destacar que as associações contactadas foram escolhidas por seguirem o modelo de Redução de riscos e Minimização de Danos, não colocando restrições quanto ao consumo de substâncias ou ao estado mental dos beneficiários. Posto isto, algumas associações não foram contactadas, uma vez que condicionam a entrada das PSSA caso estas tenham consumos de substâncias, não tenham autonomia nas suas atividades da vida diárias, e não se encontrem clinicamente estabilizada. (Ornelas et al., 2021). A principal técnica de recolha de dados consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas sendo esta a melhor técnica para esta investigação, uma vez que permite aceder às experiências, trajetórias e perceções dos participantes. As entrevistas baseiam-se num guião orientador com perguntas chave, mas também flexíveis que permitem criar um espaço de diálogo que permita obter informação de qualidade, alinhada com os objetivos propostos da investigação. Permitindo ainda uma maior versatilidade tanto ao entrevistador como ao entrevistado para explorar temáticas com diferentes níveis de profundidade. (Brizolla et al., 2020). O guião de entrevista foi elaborado de forma a permitir recolher dados que cumprissem com os objetivos traçados, sem colocar limites muito rígidos, garantindo assim a espontaneidade. A abordagem qualitativa favorece, assim, a compreensão aprofundada das vivências individuais, permitindo ainda a abertura necessária para o surgimento de novos pontos de vista (Quivy & Campenhoudt, 1995). Desta forma, as entrevistas foram realizadas a partir de um guião de entrevista, sendo este repartido em 4 secções temáticas (Anexo 2).

Para conseguir uma maior proximidade ao campo empírico, bem como acesso à população que integra a amostra deste estudo, foram realizadas conversas exploratórias com assistentes sociais ligadas a associações ou projetos comunitários com populações em situação de elevada vulnerabilidade social. Estas conversas permitiram enriquecer as dimensões de análise do guião de entrevista semiestruturada, tal como identificar lacunas na intervenção social, a partir da perspetiva dos profissionais que acompanham diretamente este processo de reintegração social. Assim, a recolha de dados decorreu nos dias 19 de agosto e 3 de setembro de 2025, após ter sido estabelecido o contacto direto com profissionais das associações previamente identificadas nas conversas exploratórias. As entrevistas tiveram uma duração média de cinquenta minutos, tendo todas decorrido nas habitações das pessoas entrevistadas. A par do guião de entrevista, foi elaborada uma grelha de análise de conteúdo categorial, que posteriormente orientou a organização dos resultados das entrevistas através de categorias e subcategorias (Anexo 3). Além da realização de entrevistas houve a oportunidade de realizar um acompanhamento da equipa técnica (assistente social e psicóloga) para efeitos de observação. Num dos primeiros dias de acompanhamento da equipa técnica, foram

visitados 6 apartamentos em Lisboa, sendo estes para cinco pessoas individuais e um casal. Desta forma, é possível sublinhar que a observação participante, serviu como quebra-gelo, no sentido em que facilitou a aproximação de uma pessoa desconhecida (a investigadora) pudesse criar uma relação mais próxima, transformando-se assim num momento de integração e criação de confiança não só com os membros da equipa como para o entrevistado. A observação participante, permitiu desta forma estar completamente imersa na investigação do contexto em específico estudado, tal como observar diretamente as dinâmicas de trabalho em equipa da equipa e analisar as interações com as pessoas apoiadas e as estratégias utilizadas com cada pessoa. Conforme mencionado, todas as entrevistas foram realizadas nas habitações dos participantes, o que possibilitou uma maior proximidade com o contexto estudado, tal como um momento especial de observação. O acesso a um espaço pessoal, familiar e íntimo do participante revelou-se bastante simbólico, na medida que permitiu compreender a sua rotina, observar como cada um reflete a sua identidade através da organização do seu espaço (por exemplo através das molduras com fotografias de familiares e amigos). Daqui emerge a importância do espaço físico, como também o sentimento de pertença, autonomia, segurança, conforto e estabilidade. Durante o trabalho de campo, surgiu igualmente a oportunidade de conhecer o centro de acolhimento, dado que a equipa vai sempre almoçar ao centro mais próximo das visitas programadas. Foi, ainda, visitado um Centro de Acolhimento de Emergência Social (CAES) no segundo dia de entrevistas.

Após a realização de entrevistas semiestruturadas, realizou-se a análise de conteúdo com o objetivo de compreender o processo de reintegração social da pessoa em situação de sem abrigo no Programa Housing First. A técnica escolhida para a análise dos dados recolhidos foi a análise de conteúdo categorial por permitir organizar, sistematizar e interpretar a informação recolhida a partir de categorias temáticas. A leitura interpretativa dos dados recolhidos permite filtrar numa primeira fase e interpretar corretamente experiências e trajetórias transmitidas pelos participantes. (Brizolla et al., 2020). O processo de análise foi assim realizado em várias etapas, sendo que, primeiramente, depois de realizadas todas as entrevistas, as mesmas foram transcritas e analisadas como forma de identificar padrões. Tendo sido realizadas uma pré-codificação no word como forma de rentabilizar o tempo no software do MAXQDA. Seguidamente, com a ajuda do software MAXQDA, sendo este um programa especializado para a organização dos dados qualitativos, realizou-se a atribuição de códigos do conteúdo das entrevistas. Depois o agrupamento em categorias com a ajuda da grelha de análise de conteúdo realizada previamente, que mais tarde foi aprimorada. Posto isto, à medida que foi elaborada esta codificação e tratamento dos dados levantados, foi também realizada uma interpretação dos dados recolhidos para analisar e interpretar os dados recolhidos de acordo com os objetivos da investigação e à luz de referências teóricas de suporte à interpretação. A análise e interpretação dos dados pode definir-se como a transformação de dados singulares para resultados coletivos com o principal objetivo de explicar determinado fenómeno. Como refere Patton (2002, citado por Brizolla et al., 2020), a análise de conteúdo implica a redução da informação bruta, filtrando-

a e atribuindo-lhe significados, como forma de identificar padrões relevantes que contribuam para a construção de conhecimento científico, respondendo desta forma aos objetivos pré-definidos da investigação e outras conclusões igualmente revelantes para o progresso da ciência. É de referir alguns constrangimentos iniciais ao nível da utilização do software, uma vez que foi a primeira vez que foi utilizado o MAXQDA pela investigadora, tendo sido necessária uma fase inicial de adaptação para realizar a codificação. Assim, foi utilizado como uma ferramenta de suporte à codificação, não se tendo realizado outro tipo de operações mais complexas ou de criação de redes, que poderão ser posteriormente realizadas numa segunda fase de aprofundamento dos dados após a conclusão da dissertação.

2.4 Procedimentos Éticos

Nesta investigação foram respeitados e seguidos procedimentos éticos rigorosos, nomeadamente o respeito pela confidencialidade, transparência, autodeterminação, autonomia, dignidade e integridade dos participantes (APSS, 2018). Antes da realização das entrevistas, foram entregues a todos os participantes o termo de consentimento informado, no qual eram explicados os objetivos do estudo, a sua natureza voluntária da participação do mesmo, o direito de desistência a qualquer momento, bem como a sua proteção e tratamento dos dados recolhidos. Durante todas as observações respeitaram-se os princípios éticos associados à investigação, tal como a privacidade dos indivíduos. Uma das entrevistas decorreu com a presença das técnicas que acompanham a pessoa na mesma assoalhada, dado que foi expressamente solicitado pelo participante, indicando que as técnicas conheciam toda a sua história e que nada seria um segredo para elas. Dado que esta era a vontade da pessoa e que a fazia sentir mais segura, a entrevista realizou-se nestas condições. A confidencialidade e o anonimato dos participantes foram garantidos, uma vez que não serão identificados quer os participantes, quer o nome das instituições, garantindo desta forma a segurança das pessoas, não sendo feita uma ligação diretamente da associação com o participante como forma de salvaguardar também a sua identidade: “confidentiality is an ethical concept and legal principle and is crucial to consider in any research involving others. Just as with social work practice, it is important that participants in studies understand the role of the researcher and the nature of involvement” (Dunkwest, 2018, p.139). A transparência foi assegurada através do consentimento informado escrito em linguagem clara e acessível para todos os participantes, sendo lido e esclarecido sempre que necessário. A autodeterminação da pessoa foi igualmente garantida, sendo que os participantes puderam recusar-se a responder ou interromper a entrevista a qualquer momento, tendo assim a sua liberdade de escolha e autonomia na medida que todos os que participaram transmitiam motivação, tal como a autonomia necessária para a investigação. As entrevistas foram áudio-gravadas, também com o consentimento explícito do participante, com o objetivo de facilitar a transcrição e análise de conteúdo. Os registos foram utilizados exclusivamente apenas para fins académicos e científicos, sendo armazenados de forma segura.

Em termos de constrangimentos e limitações no acesso a fontes e à composição da amostra, é possível realçar que, depois de três associações contactadas, apenas uma respondeu. Posteriormente, foi recebida a informação de que uma das associações contactadas havia cessado o projeto Housing First por falta de verba. Mesmo tentando reestabelecer o contacto com essa associação para confirmar a informação, a única resposta obtida ao e-mail enviado foi a indicação de que seria benéfico, para o projeto de investigação, contactar outras associações. Posto isto, apesar de ter obtido resposta apenas de uma associação, foram previstas realizar 12 entrevistas. Uma delas não se concretizou porque a companheira da última entrevistada chegou cerca de cinco minutos após o início da entrevista, o que configurava, à partida um obstáculo à sua realização por não se garantirem os pressupostos éticos enunciados. O próprio acabou por dirigir-se à companheira e afirmar que não valeria a pena realizar a entrevista, uma vez que as suas histórias seriam idênticas. Deste modo, foram realizadas 11 entrevistas. Embora haja a colaboração de profissionais das equipas de intervenção social, optou-se por não incluir o seu contributo neste estudo de forma direta, dado que o foco eram as pessoas que usufruíram do programa. No entanto, numa futura investigação académica poderá considerar-se a inclusão do testemunho de profissionais, beneficiando desta forma de mais material empírico e de outras técnicas de recolha e tratamento de dados.

Capítulo 3 - Apresentação e discussão dos resultados

3.1 Fatores que condicionam o direito à habitação das pessoas em situação de sem abrigo.

Como forma de compreender o percurso que conduz uma pessoa a uma situação de sem-abrigo a uma situação de exclusão habitacional e social, analisou-se um conjunto de fatores que condicionam a vida das pessoas em situação de sem-abrigo, bem como o acesso ao direito à habitação. Ao longo das entrevistas verificou-se que este direito está muitas vezes fragilizado na sua concretização prática, sendo influenciado por uma complexa interação entre dimensões estruturais, institucionais e individuais. As pessoas entrevistadas referem que as dinâmicas macroeconómicas, sociais e políticas que moldam o acesso à habitação, a par da relação com as entidades e instituições, bem como outros fatores individuais e familiares que afetam a precariedade de vida destas pessoas. Iamamoto (2000) refere que o contexto capitalista contemporâneo introduziu novos padrões de produção e de gestão do trabalho, permitindo não só o aumento da produção, mas não necessariamente o aumento da qualidade de vida, sendo notório a intensificação das rotinas e a precarização laboral. A precariedade laboral e o desemprego, aliados à insuficiência de políticas de proteção social, acentuam a vulnerabilidade económica das famílias. Estes fatores, de natureza sistémica, criam um contexto em que o direito à habitação se torna dependente da capacidade económica individual, contrariando o princípio constitucional da universalidade do direito. Os fatores estruturais estão intrínsecos na estrutura da sociedade, sendo influenciados por questões históricas, económicas, culturais e políticas moldando assim as condições sociais dos quais uma sociedade vive. Desta forma, destacaram-se três subcategorias nas entrevistas relacionadas com o desemprego, a exclusão social e a pobreza. O acesso e direito ao trabalho é uma das principais necessidades que não é assegurada a estas pessoas, a par de situações laborais irregulares ou precárias que fragilizaram o acesso a proteção social.

“Eu andei muito tempo a trabalhar. Não fazíamos descontos. Os empreiteiros também não eram muito de fazer descontos. Preferiam pagar um pouco mais e ser sem descontos. Então andei muito tempo a trabalhar sem estar a descontar. Tenho dez anos de desconto...9 anos e tal.” (P2)

“E... AutoEuropa também adorei, só que era trabalho temporário. Pronto. Chamam X pessoas, trabalham lá durante um tempo, depois mandam embora, entram mais X, através do Centro de Emprego.” (P4)

“Foi fazer trabalhos...biscates. Trabalhava com pessoas, fazer casas, era carpinteiro. Mas depois chovia, já não ia trabalhar. Havia dias que ia trabalhar, outros dias que não ia. E pronto, foi assim que eu depois não tinha nem para pagar o quarto lá.” (P7)

A maioria dos entrevistados encontra-se numa situação de desemprego, tendo a experiência profissional basear-se em trabalhos muitos manuais, tais como construção civil, aplicação de pladur, restauração e limpezas, empregos estes que requerem poucas qualificações. Duas pessoas entrevistadas (P3, P8) encontram-se a trabalhar como assistente de apoio ao cliente num call center, enquanto o outro é artista de rua. Estes são dos entrevistados com maior nível de habilitações

escolares concluídas (ensino secundário), mas ambos têm nacionalidade estrangeira. Uma das pessoas refere que sente dificuldade em encontrar um apartamento para viver agora com o seu companheiro, uma vez que se encontra grávida.

“Estou à procura de casas, e, primeiramente, eu estou sendo mãe agora, estou grávida, e quando eu penso em uma possibilidade de procurar casa, eu penso em caso, ok, eu posso mudar com mais uma pessoa, mas também não posso ficar sem a responsabilidade própria de ficar sem pagar a casa se aquela outra pessoa vai embora. Então, mas inicialmente eu penso que o problema principal de Lisboa é os preços. Os preços são inacessíveis.” (P3)

O desemprego e a falta de rendimentos são mencionados como um dos maiores obstáculos para a pessoa em situação de sem-abrigo conseguir sair da situação de vulnerabilidade em que se encontra. O desemprego surge como uma condição associada à precariedade laboral para a maioria dos entrevistados (P1, P2, P4, P6, P7, P9, P10, P11), que se encontram a receber o Rendimento Social de Inserção (RSI) por estar numa situação de desemprego de longa duração. Estes resultados estão em consonância como os relatórios do ENIPSSA (2023) que referem que o RSI é a fonte de rendimento mais comum. No entanto, os entrevistados transmitiram que o valor da prestação do RSI é muito baixo face a todas as despesas que têm de pagar (P11). A medida é encarada como uma ajuda, mas insuficiente para a atual realidade socioeconómica do país. Refere-se ainda que o facto de fazer formações acaba por ser por necessidade a nível financeiro, uma vez que têm uma bolsa de formação associada (P1).

“Era isto que eu procurava: ter um sítio para ficar, porque já fui sem-abrigo, eu e a minha companheira. Mas é difícil expressar aquilo que a gente sente no momento, porque eu tenho uma casa, mas não tenho um emprego. Isso acaba por me deixar frustrada e em baixo, e é assim que me sinto diariamente.” (P11).

Desta forma, a ausência de rendimentos está associada ao desemprego de longa duração como uma questão estrutural, marcada pela ausência de políticas e programas de inserção profissional que consigam apoiar estas pessoas para uma relação duradoura e estável como o mercado de trabalho, principalmente as pessoas mais velhas.

“Gostava de ter trabalhado na área social, mas não vai acontecer, porque, entretanto, faltam oito anos para me reformar, e vou reformar-me aos 66 e três meses: com uma reforma gigantesca (risos).” (P1)

Relativamente à exclusão social, é possível evidenciar que todos os entrevistados acabaram por referir que por via da sua condição e da situação em que se encontram existiu um corte dos laços sociais, quer familiares, quer de amizade. Algumas pessoas entrevistadas referem que acabaram por ficar numa situação económica vulnerável e deixar de comparecer a momentos ou encontros sociais (P1), gerando, consequentemente, rompimentos a nível familiar que deixa o indivíduo numa situação de exclusão social (P4). Paralelamente, foi também observada que esta exclusão se manifesta noutros domínios das relações com a sociedade, na própria comunidade e até no seio familiar. Uma das entrevistadas refere que teve de encontrar outras opções para conseguir sobreviver, quando estava na rua, sem nenhum tipo de ajuda, como única alternativa.

“Cheguei a fazer prostituição para sobreviver. Não, não estou arrependida, porque, enfim, era mesmo para sobreviver (...) Eu fui boa mãe, mas podia ser melhor, mas não fui a tempo inteiro, que era para trabalhar, para ter qualquer coisa.” (P5)

“Porque fiquei sem pais. Fiquei sem pais e meus irmãos já são casados, têm a vida deles. E não quero (...) isso. Acabei por fazer a minha vida e eles fizeram a deles.” (P7)

“Sinto-me mal porque estou aqui, sozinha, não tenho ninguém com quem conversar. Acaba por ser uma rotina normal, ou seja, é medíocre, porque, por muito que eu queira falar, tenho afeto pela casa, tenho carinho, sinto-me bem em estar aqui, mas não é o suficiente.” (P11)

A exclusão social acaba por ter consequências na vida destas pessoas que resultam numa espiral de isolamento conforme descrito por Costa (2015), Diogo et al., (2015) ou Richardson (1986), o acesso a oportunidades e recursos e as redes sociais mobilizadas influenciam a integração na sociedade e consequentemente a inclusão social dos indivíduos. Também em linha com estes autores, a pobreza é um dos principais pilares para a situação de vulnerabilidade. Por outro lado, a evolução dos mercados imobiliário e de arrendamento, a especulação urbana e a escassez de habitação pública contribuem para o aumento dos preços e para a exclusão das populações com menores rendimentos. Todos os entrevistados acabaram por transmitir que vivenciaram a exclusão habitacional de diferentes formas. Desde participantes que pretendem autonomizar-se, mas que tem uma grande dificuldade em encontrar quartos ou apartamentos em Lisboa a preços acessíveis, participantes que infelizmente perderam o apoio social que tinham para a renda porque os senhorios deixaram de entregar os recibos da renda, um aumento muito elevado da renda do qual as pessoas não conseguem fazer face com todas as outras despesas entre outras situações.

“Vivi [na rua], mas fui eu que fiz uma barraquinha.” (P5);

“E a gente tinha de arranjar um sítio ou uma casa mais antiga, como eu tinha, casas antigas, para não dormir ao relento arranjava-se uma casa abandonada” (P7);

“E imagine que não temos dinheiro para comprar. Nenhum um euro. Já acontece. Porque o rendimento mínimo é de 200 e tal euros. Não dá para nada. Quantas vezes é que eu já não me vi negra para ter produtos de higiene? Só porque só tinha alimentos.” (P11)

A exclusão habitacional resulta então desta forma desde fatores como especulação imobiliária, falta de habitação pública e de um parque habitacional reduzido, cabendo ao Estado aplicar políticas sociais, de acordo com a sua população para materializar o direito à habitação (Mendes, 2020).

“O senhorio vendeu aquilo, o outro comprou a casa; partiu-me o telhado; partiu-me umas portas. Morava num condomínio e já andava muito doente, até fui outra vez para o hospital com esgotamento. Apanhei uma broncopneumonia e tudo à pala desse novo senhorio. Ele queria que eu me fosse embora” (P5)

“A senhoria já me disse que nos arranjava uma casa melhor, e depois não arranjou, porque era uma casa onde havia muita gente, havia alcoólatras, isto, aquilo... era muita confusão, quando aqui a gente mete as chaves à porta e está sossegado. Acabei por recair e voltei para a rua.” (P6)

Além das questões já mencionadas, foram identificados fatores relacionados a atuação de algumas organizações de solidariedade social, as autarquias e de outros organismos públicos em que há uma falta de articulação, reforçadas por burocracia ou respostas insuficientes, que dificultam a integração social de pessoas em situação de sem-abrigo. Em termos de burocracia, é possível determinar representa um obstáculo e conduz a uma situação de dupla vulnerabilidade, nomeadamente no caso das mulheres, na medida que existe uma interseccionalidade, no que diz respeito à situação que a pessoa se encontra. Esta questão foi abordada por autores como Godinho (2024), Jorge (2022) e Silva (2014) dado que estar em situação de sem-abrigo já se conclui como uma vulnerabilidade extrema, sendo mulher e/ou imigrante sem ter a documentação e orientação necessária para a sua situação, dificulta ainda mais o acesso ao mercado de trabalho e consequentemente à habitação.

“Depois de morar 2 anos na rua, foi um pouco difícil, porque também além de ser moradora da rua, eu sou migrante. Enquanto a isso, foi um pouco complicado, porque pronto, não tinha as condições”. (P3)

“a questão económica que tem muito a ver também com a questão do documento, assim, dos requisitos e das coisas que foram necessárias para alugar. Naquela época, eu não tinha nem NIF, nem NISS, nada disso, nem conta, nada mesmo.” (P8)

É ainda importante refletir sobre as condições que as próprias respostas sociais oferecem, especialmente a pessoas que se encontram em situação de sem-abrigo. Seis entrevistados (P1, P2, P4, P6, P7 e P9) referem que já conheciam a entidade que atualmente os acompanha, mesmo antes de integrarem o projeto Housing First. Alguns até experienciaram outras respostas como um “albergue”, mas o seu feedback é negativo, pois consideram que não atende as necessidades reais em termos de segurança, conforto, autonomia e privacidade, colocando em causa a dignidade humana.

“Depois da [nome da organização ocultado], não correu muito bem, porque fui roubado três vezes lá dentro... Não gostei e vim mesmo para a rua, decidi mesmo vir para a rua. Estava mais seguro na rua do que dentro do albergue.”(P1)

“Gajos que podiam entrar lá com os cães deles... não sei, depois à noite os cães ladravam e a gente, para dormir, está quieto. Uns batem com as portas durante a noite, as portas da casa de banho. Eu não conseguia praticamente dormir. E eu cheguei ao pé da diretora, num dia qualquer à noite que não conseguia dormir: vesti-me, saí da cama, lá de um, aquilo é uma camarata com uma série de camas, uma série de gente. Fui lá falar com ela e disse: “Eu vou-me embora, que eu não aguento estar aqui. Prefiro estar na rua.” (P4)

Por fim, identificaram-se fatores dizem respeito às trajetórias pessoais e a experiências individuais de rutura familiar, doença mental, dependências, violência doméstica, ou situações de trauma acumulado podem contribuir para a perda da habitação e dificultar o processo de reintegração social. Desta forma, a saúde mental cada vez mais tem tido o seu reconhecimento e importância. A fragilidade no campo da saúde mental pode ser despoletada pela situação laboral, tanto pela ausência, tal como a sua sobrecarga. Um dos entrevistados partilha que trabalhou num ambiente de elevado stress, onde o emprego era a prioridade na sua vida e acabou por se distanciar de todos os seus amigos e família,

ficando assim isolado com problemas de saúde mental que potencializaram uma desorganização social.

“fui operador de call-center, supervisor de call-center e depois fui coordenador de call-center. (...) Eu sou workaholic, gosto muito de trabalhar e gosto muito de dar a camisola e suar a camisola (...) aos 40 anos a cabeça deu um nó e eu fiquei com uma depressão de 13 anos: tive 13 anos deprimido” (P1)

Três entrevistados mencionaram a falta de saúde como motivo principal da sua desorganização social e mental, sendo que a Entrevistada P11 realça que se encontra numa fase difícil, mas que acredita que irá ultrapassá-la. Esta entrevistada caracteriza-se como uma pessoa “depressiva” com pensamentos negativos, tendo ainda transtorno de autismo, transtorno de défice de atenção e hiperatividade. Saiu de casa devido ao ambiente hostil que vivia, tendo dificuldade em encontrar emprego devido à sua situação de saúde, realçando assim que:

“Eu tive princípios de... Inícios de uma convulsão e não podia estar assim à beira dos utentes. Mandaram-me embora. Não porque não gostavam do meu trabalho, mas porque eu não podia estar assim. (P11)”

As questões relacionadas com a saúde mental também podem ser desencadeadas por situações familiares traumáticas, que presenciou o suicídio da sua mãe e que apesar de não terem uma boa relação, este é que cuidou dela nos últimos anos de vida. Acabou por ter de sair da casa onde estava a morar, pois não tinha uma boa relação com o namorado da mãe, ficando desta forma sem qualquer rede de apoio:

“eu estava de tal maneira que tive de ser internado no hospital Júlio de Matos” (P9)

No que diz respeito ao consumo de drogas ou outras substâncias, compreende-se uma distinção entre o consumo iniciado numa fase da vida antes da pessoa estar numa situação de sem-abrigo e o consumo iniciado depois de estar e vivenciar essa situação. Para Jorge (2022), os consumos tanto podem ser a causa como a consequência de estar numa situação de vulnerabilidade. Dois entrevistados referiram que começaram a consumir antes de estarem numa situação de extrema fragilidade (P6 e P9). Uma das entrevistadas refere mesmo que acabou por ficar numa situação de sem abrigo, uma vez que deixou de pagar a renda para pagar os consumos, tendo ainda uma rutura em termos de laços sociais.

“Ah, foi na altura que eu me meti na droga, na droga, (...) e na altura perdi os meus amigos (P6)

Estas pessoas fizeram uma ligação direta ao seu percurso pela zona do Casal Ventoso, tendo um entrevistado referindo que ninguém na verdade sabe a magnitude que o casal ventoso tinha, que para fugir da situação e de Lisboa emigrou para a Suíça, embora tenha não tenha conseguido deixar de consumir.

“Lisboa estava uma desgraça sobre a heroína. Isto era um flagelo em todo lado, em todo lado. (...) E foi aí que eu combinei com o meu pai. Foi aí que eu fui para a Suíça, porque, senão, já andava a portar-me mal, já andava com grandes consumos. Então, fui tentar para a Suíça, isto aí, em 88. Mas fui para a Suíça: tinha mais dinheiro, tinha mais coisas, a droga havia na mesma, continuei na mesma vida na Suíça. (P9)”

Assim, além das políticas públicas, as próprias políticas locais têm impacto nos territórios, nas comunidades e vida das pessoas. Estes relatos centram-se em como a zona do Casal Ventoso teve, sobretudo nos anos 80, um papel de propagação do consumo de droga muito elevado em Lisboa. Um dos entrevistados, referiu que atualmente não tem muitos amigos da sua idade, uma vez que a grande maioria dos seus amigos homens se perdeu para o consumo na altura; refere igualmente, que teve muito medo ao ver os seus amigos a perderem-se completamente e a ficarem irreconhecíveis pelo consumo de substâncias muito pesadas.

“A droga faz mal às pessoas, temos de respeitar se as pessoas consomem ou não consomem, mas a droga faz mal às pessoas, faz mal à saúde, faz mal ao dinheiro, faz mal a tudo. Dá aquela sensação de boa-disposição quando se consome, mas depois a droga vai-se embora e os problemas continuam ou agravam-se devido ao consumo.” (P1)

Quanto às pessoas que iniciaram o consumo quando se encontravam numa situação de sem abrigo, a maioria dos entrevistados (sete participantes) referem ter tido algum contacto ou ter estado num ambiente propício a tal. Um dos entrevistados partilha que consumiu nenhuma substância, mas que a casa ocupada para onde foi, depois de ser despejado do hostel onde estava alojado na altura da pandemia, tinha muitas pessoas que consumiam. Era um ambiente muito pesado e conflituoso. Indica que saiu de lá, tendo alguma aflição em relação a uma rapariga que também se encontrava nessa casa e que acabou por ficar num estado de completo de dependência.

“Pelo menos 70% das pessoas consumiam coisas muito fortes, sabe? Não sei como se chama... castanha. Chama-se castanha. Ou coisas injetáveis. E ela era trabalhadora sexual também, lá no Martim Moniz. Não sei, estava sempre assim. Eu via-a, às vezes, naquela passarela que há na Baixa-Chiado. Um dia vi-a no chão, a pedir coisas, mas totalmente sem noção, fora de si. E era muito triste, porque não a conhecíamos muito bem quando ela chegou. É a única outra pessoa que, às vezes, ainda vejo por ali.” (P8)

Três entrevistados referem que começaram a consumir com mais pessoas, tendo o ambiente envolvente influência nas escolhas dos indivíduos, podendo este ser benéfico ou prejudicial. O consumo foi caracterizado como um momento de escape para a realidade que estavam a viver. Mesmo após a obtenção de habitação ou de alguma estabilidade habitacional, o ciclo de consumo nem sempre é fechado, existindo recaídas durante o processo.

“Consumi crack e consumi charros...como é que se diz...haxixe. E eu sou tão mau que nem sei enrolar uma ganza. Portanto o que aconteceu foi sempre socialmente, eu sozinho nunca...nunca bebi sozinho, nunca consumi fosse o que fosse sozinho, era só...,portanto nunca fui agarrado a nada na realidade.” (P1)

“Comecei a utilizar a cocaína, e foi um mês e meio, dois meses, e estava completamente farto, não tinha um tostão de rendimento, passava fome, nunca soube andar na rua a pedir, e isso tudo, e foi muito difícil, mas lá está, apareceram as pessoas certas.” (P9)

No que diz respeito, aos laços familiares, tal como foi referido anteriormente, os laços familiares ou a quebra desses laços podem colocar a pessoa num estado extremo de vulnerabilidade, sobretudo quando este não tem mais nenhuma rede de apoio. Conforme refere Aldeia (2014) “os laços sociais

são fundamentais para os sujeitos em duas dimensões sobrepostas: a proteção e o reconhecimento” (p.232). As ruturas familiares acabam por colocar a pessoa numa situação de isolamento social, vulnerabilidade económica e instabilidade habitacional. Cinco pessoas entrevistadas mencionaram que ficaram sem nenhuma rede de apoio com a qual poderiam contar. Uma das pessoas partilhou que acabou por ficar sem casa, uma vez que a sua mãe faleceu e a senhoria acabou por aumentar a renda, da qual este não conseguia fazer face. Outro participante refere que a má relação com o seu irmão levou a que saísse de casa, na medida que vivia num ambiente hostil.

“Ora, a minha mãe faleceu (...) Então eu fiquei com a casa, e pensei, vou pagar a mesma renda que a minha mãe pagava. E assim, durante uns tempos, paguei a mesma renda. De um momento para o outro, aumentaram de 30 euros para 300...”(P4)

“Saí de casa por causa de um irmão. A minha mãe gostava mais dele do que a pessoa que trabalhava” (P10)

No que toca a processos de imigração, este pode ser um fator que compromete o acesso à habitação e a outros recursos necessários para viver de forma digna. Duas pessoas entrevistadas referem que passaram por grandes dificuldades. Uma das entrevistas saiu da Venezuela há cerca de 7 anos, com uma amiga, à procura de novas oportunidades, tendo vivido com essa amiga até surgir um conflito que conduziu a que abandonasse a habitação. Como não tinha como solicitar ajuda aos seus familiares, quer porque estavam bastante longe, quer pela instabilidade socioeconómica do país de origem, quer pelo receio de preocupar os pais que se encontravam no seu país de origem a cuidar da sua filha.

“Depois de morar 2 anos na rua, foi um pouco difícil, porque também além de ser moradora da rua, eu sou migrante. Enquanto a isso, foi um pouco complicado, porque pronto, não tinha as condições.” (P3)

“Naquela época, eu não tinha nem NIF, nem NISS, nada disso, nem conta, nada mesmo. E nessas circunstâncias, é simples, simplesmente é quase impossível para mim, para nós, alugar algum espaço. Sendo que naquela época era um pouco mais económico, e que agora subiu bem mais.” (P8)

Aqui, uma vez mais a falta de rede de apoio, a par do desconhecimento dos serviços de apoio, acaba por se configurar mais um obstáculo na medida que a pessoa pode não saber a quem e como se dirigir para procurar a ajuda necessária. Por último a questão da barreira linguística e da documentação que regularize a situação de permanência é extremamente necessária e muitas vezes não assegurada.

3.2 A intervenção social com pessoas em situação de sem-abrigo no Housing First

Considerando a metodologia do programa Housing First, é importante olhar para esta política quer por ser uma resposta para a promoção do bem-estar das pessoas em situação de sem-abrigo, quer por permitir um acompanhamento realizado por equipa multidisciplinar que realiza um acompanhamento de proximidade. Tal como foi referido anteriormente, este programa assenta na premissa de que a habitação é um direito humano fundamental, sendo este o ponto de partida no seu processo. Todas as pessoas entrevistadas reconheceram que este programa mudou as suas vidas. A maioria não acreditava que iria mesmo ter uma casa, tendo referido que foi uma questão de sorte e de ter

encontrado as pessoas certas. Outra pessoa, refere que o acompanhamento e encaminhamento para as respostas certas acabaram por mudar e orientar a sua vida, na medida em que só através desse acompanhamento é que soube que direitos tinha.

“O Housing First apoia muito nessa parte, porque encaminha as pessoas que talvez não saibam alguma informação, ou que realmente precisem de apoio técnico, a nível psicológico ou emocional. Eu sei que os técnicos não se envolvem muito com os integrantes, mas só o facto de terem uma presença, uma companhia num dia da semana, pelo menos, faz-nos sentir muito bem, porque muitos de nós estamos sozinhos.” (P3)

“Ela vinha aqui todas as terças-feiras: “Então, Sr ..., está satisfeito com a casa?”; “Eu? Não, não estou satisfeito... estou super satisfeito, super!” (risos)” (P4)

Os entrevistados transmitiram que o apoio e a intervenção das organizações e das equipas tiveram um impacto bastante positivo e transformador a sua vida. Desta forma, é possível evidenciar a importância do cuidado e acompanhamento por parte dos profissionais, em especial dos assistentes sociais, garantindo sempre o cumprimento de valores basilares do serviço social como a justiça social, o respeito pela dignidade e autonomia do indivíduo (Cancela et al, 2023). A intervenção suporta-se numa abordagem biopsicossocial de proximidade, orientada pelos princípios de Redução de Riscos e Minimização de Danos. Priorizando sempre as escolhas do indivíduo, respeitando a sua autonomia, sendo primeiramente atribuída uma habitação e a partir daí trabalhar todas as restantes necessidades. Existindo assim, uma sensibilização e um acompanhamento de perto para que as respostas adequadas estejam acessíveis e disponíveis para os indivíduos (Ornelas et al., 2021). O programa engloba também outras iniciativas de redução de danos como programas de troca de seringas e salas de consumo assistido. Inclui ainda a distribuição de kits de higiene, preservativos e facilita o acesso a testes e tratamentos de doenças sexualmente transmissíveis através de unidades móveis. Esta abordagem tem impactos positivos tanto a nível social como de saúde, diminuindo os custos associados a longo prazo. O apoio comunitário para promover projetos de reintegração social, neste caso para a atribuição de refeições, acabam por ser ferramentas que desenvolvem a capacitação a nível profissional, o empowerment, a construção de laços sociais e o sentido de comunidade.

“Com a ajuda do Housing First e dos técnicos que me acompanharam, eles ajudaram-me a fazer o acompanhamento na área da saúde e, graças a isso, consegui ser atendida nessa parte. Também me ajudaram a procurar informações sobre universidades, porque, pronto, uma coisa não tem a ver com outra. O fato de morar na rua não significa que não queiramos progredir no país” (P3)

“E depois, através da [nome da organização ocultado] fomos à Santa Casa, lá com a técnica, e reativou-se o RSI. Agora estou a receber de novo, já há bastante tempo também. Além do RSI, também a Santa Casa me dá um apoio. Por exemplo, a máquina de lavar foi com o apoio deles. Os óculos para ler também foi com o apoio da Santa Casa. E pronto, assim vou.” (P4)

“Sim. O impacto foi bom. Saúde, estabilidade, autoestima, limpeza, tudo, quase tudo”. (P7)

“Se me tem ajudado? Mais! Muito mais do que ajudado, assim, de diversas formas ao longo destes anos todos.” (P10)

A maioria das pessoas participantes neste estudo começou o seu acompanhamento no atual Housing First em junho, altura em que o apoio prestado por outra entidade cessou. Um dos motivos indicados para o encerramento da resposta na outra entidade foi de que é um projeto muito dispendioso, na medida que por vezes o apoio fornecido pelas entidades competentes, nomeadamente em matéria de financiamento, não é célere o suficiente para a problemática vigente. Isto resulta em que as associações tenham de ter outros projetos para fazer face ao projeto Housing First e às restantes atividades. Apesar da satisfação manifestada, há que referir que com o encerramento da organização onde primeiro estiveram a beneficiar do programa foi notado. Algumas das pessoas entrevistadas sentiram que termino do Housing First na organização onde começaram a ser acompanhados foi um momento difícil e reconhecem o papel determinante que essa organização teve. Apenas duas das pessoas entrevistadas não transitaram da anterior organização em que a resposta cessou por falta de apoio financeiro, uma vez que é um projeto com elevados custos.

“O [nome da organização ocultado] como estava a dizer é vocacionado para a redução de danos, as pessoas que utilizam drogas têm esse direito...de usarem o que querem, desde que não metam em risco a própria vida ou a vida dos outros. E para que a própria vida das pessoas que consomem e que utilizam drogas não seja posta em risco; funciona como adjuvante à redução de danos das pessoas que usam drogas, fornecendo material de consumo, aconselhamento, enfermeira, psicóloga, psiquiatra, tem vários aspetos, vários serviços dentro do projeto que eles têm.” (P1)

“O [nome da organização ocultado] foi o principal, até a nível de saúde, porque conseguiram dar-me informações sobre como me regularizar e como apoiar-me economicamente. Mas, se não tivesse sido por eles, eu não saberia esse tipo de informações e ainda estaria na rua.” (P3)

“Uma pessoa está habituada, há cinco anos, a falar com uma técnica, ou uma assistente social, ou o que seja, e, de um momento para o outro, muda para outra pessoa. Pronto, não é que eu tenha queixa de nada, não tenho: mas nota-se. Antes, os outros ajudavam na medicação e estes já não ajudam. Pronto, há coisas que são diferentes.” (P6)

É por isso necessário um acompanhamento contínuo, tal como respostas adequadas que garantam o respeito, dignidade e autonomia do indivíduo para que este consiga efetivamente fazer o seu percurso. Godinho (2024) afirma que as pessoas que usam drogas reconhecem positivamente as práticas profissionais orientadas pela redução de danos e que incorporam princípios como o pragmatismo e humanismo, assim como de tolerância, flexibilidade, respeito e a escuta ativa como dos aspetos mais benéficos na intervenção. No que se refere à intervenção do Serviço Social, todos os entrevistados referem que o acompanhamento dos assistentes sociais é fulcral para o seu processo de reintegração social, tendo uma relação muito próxima e presente. É descrita uma relação de familiaridade construída desde o primeiro dia, que permite olhar para o profissional como sendo uma figura de apoio, orientação, escuta e aconselhamento.

“Desde o primeiro dia. Foram as pessoas, e é verdade, foram as pessoas...já disse isto à I. e à C....que depois de ter estado na rua, qualquer pessoa que se aproxima de mim, eu desconfio à partida. No caso delas não aconteceu porque percebe-se; nós percebemos quando as pessoas estão a ser honestas ou quando não estão a ser honestas. Há pessoas que não sabem mentir e elas não sabem mentir. Portanto, eu olho para os olhos das pessoas e percebo se as pessoas estão a mentir ou não.” (P1)

“Estava ela e estava outra colega, que era a M., e eu notei que havia qualquer coisa nela. Ela queria dizer, mas não tinha coragem para dizer que ia embora, e que isto ia passar para [nome da organização ocultado]. E pronto, foi quando ela disse que ia deixar de ser do [nome da organização ocultado]. Eu tenho um porta-chaves que é uma casa, tem uma porta que é do [nome da organização ocultado], foram elas que me deram no Natal. E pronto, mas ela ainda me manda mensagens e tudo. Foi uma ligação de 5 anos.” (P6)

No que se refere ao acesso à saúde, emprego, à habitação e também à documentação, os entrevistados referem que as assistentes sociais que os acompanham ajudam no encaminhamento para as respostas sociais necessárias, mas também se mostram sempre disponíveis para conceder apoio em outras questões, colocando-se à disposição ferramentas para que a sua autonomia.

“Não tinha a hipótese de estar a mudar de casa, de estar a ter uma casa ou qualquer coisa... sem todo este projeto, eu não tinha como fazer. Não estando a trabalhar.” (P2)

“Eu reconheço que o Housing First me ajudou muito, porque realmente precisava. Eu sou uma pessoa incapacitada. Eu tenho 83, se não estou errada, 83% de incapacidade. Já tenho atestado multiusos. E foi muito, muito confortável receber a ajuda do Housing First.”(P3)

“Cada vez que tenho uma questão, falo com elas. Se puderam ajudar, ajudam; senão, eu próprio vou perguntando a alguém que saiba.” (P4)

“Estão sempre disponíveis, estão sempre a perguntar sobre a questão da documentação, sobre a minha vida diária e isso. É também ter alguém que se interessa, e isso é muito fixe. Penso que é mesmo um apoio psicológico. Não consigo dizer mais, só coisas boas.” (P8)

Destaca-se que a maioria dos entrevistados referem existir um sentimento de reconhecimento e consideração, sobretudo quando os assistentes sociais não desistem da pessoa e acreditam nas suas potencialidades, ajudando-a assim a identificar e a desenvolver as suas capacidades com a finalidade de atingir os seus objetivos e evoluir no processo de reintegração.

“Sempre impecáveis, sempre impecáveis. Só que, o ano passado, passei por uma fase muito má, quis abandonar a casa... e encontrei pessoas, uma delas não conhecia de lado nenhum, a assistente social, Dra. R., aqui do [nome da organização ocultado]. Já não é a minha assistente, foi para outra coisa, mas deixou tudo tratadinho, como deve ser. Foi a senhora certa que apareceu na hora certa, na minha vida certa, como tem sido sempre. (...) até comigo às reuniões de sem abrigo ela foi. E depois, ao fim de uns meses, foi bom ouvir a Dra. R., quando se foi embora, dizer a satisfação que tem [em mim], que já não é a mesma pessoa que conheceu. Isto só em 4 ou 5 meses. Isso dá-me uma alegria.”(P9)

“Agora, de resto, as minhas assistentes são um espetáculo. Não ando a dizer por ninguém. Tanto que... Como é que é? Não tenho palavras. Mas as minhas assistentes são um espetáculo. (P10)

A relação construída profissional assenta na empatia, no respeito, na confiança e na ausência de julgamento, existindo uma perceção positiva em relação ao trabalho desenvolvidos pelos assistentes sociais, considerando também a relação de ajuda de acordo com os princípios enunciados por Pena (2015). Sublinha-se ainda que os entrevistados se sentem não só ouvidos como compreendidos, sentindo-se valorizados e validados socialmente. Por outro lado, alguns participantes (P3, P5, P6, P7 e P9) revelam alguma tristeza pela perda do acompanhamento da associação anterior, o que implicou a rutura da ligação criada com a assistente social, referindo que, por vezes é difícil contar a sua história novamente a uma outra profissional.

Não obstante, o Housing First é entendido como um verdadeiro reflexo de um programa que respeita a sua autonomia, dignidade, autodeterminação entre outros valores que consideram fundamentais. As visitas domiciliárias são um momento importante na construção da relação profissional, pela proximidade para um projeto de trabalho comum (Pena, 2015). Considerando a observação realizada, a equipa técnica possui um conjunto de ações pré-estabelecido, nomeadamente das visitas domiciliárias a realizar ao longo da semana. A atual equipa técnica é constituída por uma assistente social e uma psicóloga. Estas equipas estão disponíveis 24 horas por dia, sete dias por semana, tendo assim uma isenção de horários, ou seja, caso as pessoas necessitem de apoio da equipa técnica durante a noite, podem sempre contactar através do telemóvel. No entanto, apesar de uma disponibilidade alargada, ao longo das visitas e das entrevistas realizadas, tornou-se evidente a necessidade que muitas pessoas sentem falta de ter uma companhia, de modo a poderem conversar de forma descontraída sobre os seus hobbies e gostos e, não apenas das suas problemáticas, valorizando a sua individualidade, sem quaisquer limites de tempo pré-estabelecidos. A observação permitiu também verificar esta situação de instabilidade, em que após a primeira visita seguimos de carro para a próxima uma vez que o participante se encontrava em processo de mudança de habitação. O contrato da habitação foi estabelecido através da outra entidade e com a mudança de associação, o senhorio optou por não renovar. No projeto Housing First, os apartamentos atribuídos são encontrados no mercado privado de habitações, não existindo nenhuma lista ou um outro mercado apenas para esta população ou projeto. Assim, se por um lado a medida que não segrega as pessoas apenas num local, existindo desta forma uma reintegração com outro tipo de populações e serviços; por outro lado, acarreta também obstáculos, pois a procura de habitação adequada é frequentemente dificultada, mesmo quando os utentes contribuem com cerca de 30% do seu rendimento para o pagamento da renda.

Por fim, é de referir a relevância da rede de apoio comunitária nas relações sociais, destacando não só a importância da família, como também da comunidade, dos amigos e da rede de vizinhança no processo de reintegração social. Este processo é um processo dinâmico, sendo algo contínuo ao longo de toda a vida. O sentimento de pertença é desta forma crucial na medida que a ausência de uma rede de apoio, tal como foi referido anteriormente, coloca o indivíduo numa situação de exclusão social e de vulnerabilidade. Posto isto, é possível evidenciar que a maioria dos entrevistados (P1, P2, P3, P5,

P8, P9, P10 e P11) referem que não tem amigos, mas sim conhecidos, destacando um rompimento com os laços sociais e uma dificuldade em restabelecê-los depois de ter ficado numa situação de sem-abrigo.

“Por isso é que digo: quem está na rua desespera, porque farta-se de esperar e vê que não há solução... Três ou quatro anos à espera, ou cinco, e a pessoa, quanto mais tempo tem na rua, mais se vai desmazelando, vai perdendo a sua autoestima, vai perdendo o brio, e depois é muito tarde... é muito tarde.” (P9)

“Agora, saber se posso contar com alguém, é muito difícil a confiar. Não consigo. Tanto que eu fico sempre no meu cantinho.” (P11)

O restabelecimento ou a criação de novos vínculos familiares é uma variável importante no processo de reintegração. Uma pessoa entrevistada, que atualmente está grávida, refere que o seu companheiro não pertence ao projeto, mas que é importante. Enquanto dois entrevistados são um casal tendo-se conhecido numa resposta social. Estes apoiaram-se entrando no projeto juntos há cerca de 5 anos e têm, atualmente, muito apoio por parte da família de um deles, existindo uma reconstrução de laços familiares. Uma outra pessoa partilha que também vivenciou tudo ao lado da sua companheira.

“Mas a maior parte foi a minha companheira que sempre esteve ali. E eu para ela, que eu sei que sim. Porque, ao fim ao cabo, era ela que me ouvia, era eu que ouvia ela, e nós estávamos sempre ali, no rumo de tentar encontrar um bom caminho para melhorar a nossa vida, mas acabava por ser difícil. Ou seja, parecia que o abismo nos engolia a cada instante.” (P11)

A comunidade e da rede de vizinhança são também valorizadas como uma das dimensões da intervenção social, pois estar num apartamento através do programa Housing First permite que a maioria dos entrevistados (oito) frequente com bastante regularidade o comércio local ou conheça “o vizinho do lado”, podendo este pertencer também ao projeto ou não.

“A dona C. (...) ela disse também uma vez, quer dizer, não tens dinheiro, por exemplo, quer aqui, tomar o teu xarope a tosse, ou uma cervejinha, ou qualquer coisa, depois pagas.” (P4)

“A minha amiga... sim, ela vem a casa trazer coisas quando eu estou doente; e muitas vezes estou. Vem cá, uma vez até me trouxe... deu-me uma quebra de atenção muito grande, e ela disse: “Eu sou tua bombeira!”, que é a minha C., muito querida. E eu assim: ainda bem que eu tenho uma amiga.” (P5)

Um entrevistado refere que teve a sorte de conseguir uma casa, exatamente no bairro onde viveu toda a sua vida, tendo bastantes recordações da sua vida, apesar de ver que o bairro mudou.

“Embora não sejam os mesmos, ainda ontem vi a Dona A. que já não via há algum tempo, é da idade da minha mãe. Por isso, vai fazer 90 anos este ano, se já não os fez. Ainda passei lá na minha rua e ela ainda lá estava. Sim, há muita gente.” (...) “Para mim, significa descanso e alguma paz, que eu preciso no interior, já que a minha vida foi muito atribulada, como já disse várias vezes. E não sei quanto tempo ainda vou cá andar, mas tenho várias doenças que me preocupam. Dá-me segurança e dá-me conforto, pelo menos para os últimos anos de vida.” (P9)

Tal como referem Gonçalves & Silva (2021) existem consequências muito graves quanto mais tempo, a pessoa estiver na rua, existindo desta forma um desligamento da sua identidade enquanto indivíduo inserido numa sociedade, estando desta forma numa situação de alienação social ou desafiliação social (Costa, 2015). Assim, além da importância de trabalhar com os princípios do modelo de redução de danos, é uma mais-valia que a intervenção que se oriente pelo modelo ecossocial, promovendo o fortalecimento das relações comunitárias, em direção a uma sociedade equilibrada que aprofunde uma nova visão de mundo, baseando-se na universalidade, ação e integração (Rocha, 2015).

3.3 Recomendações para a intervenção social com pessoas em situação de sem-abrigo

Apesar dos participantes demonstrarem uma elevada satisfação com a sua integração no Housing First e o acompanhamento social de proximidade, há um conjunto de recomendações e aspetos que partilham como aspetos de melhoria para a intervenção social e para o próprio programa. Para garantir uma intervenção eficaz e centrada na dignidade humana, é essencial que a voz das pessoas em situação de vulnerabilidade seja ouvida e ampliada, promovendo uma abordagem holística, integrada e focada na pessoa. Relativamente a outras respostas sociais, é possível sublinhar que antes de integrarem o programa Housing First, todos os beneficiários passaram por outras respostas de outras instituições, mas que não convergiam com a realidade por eles vivida. Sendo respostas temporárias que não garantiam conforto, segurança e dignidade, como os centros de acolhimento.

“Saber que já não ia para um sítio onde havia muita gente, que estava só eu e a minha esposa, foi diferente. Foi comermos o que queríamos, não era comer o que nos davam; fazermos a nossa comida, sairmos e entrarmos quando queríamos, vestirmos o que quiséssemos, tomarmos banho à hora que quiséssemos porque no albergue não era assim. Tínhamos de indicar a hora para entrar, tínhamos regras, tínhamos de entrar àquela hora, tínhamos de comer o que eles nos davam. E assim, foi muito diferente. Já fazíamos as nossas coisas. Foi diferente, foi bom, foi bom. (...) Vêm ajudar-me em tudo mesmo: em comida, já não andava tão magro, já comia melhor; engordei, fiquei melhor de saúde, não andava à chuva, vestia melhor, tomava banho; praticamente foi tudo. Foi uma coisa boa que fiz: foi vir para isto. Já estou aqui há uns anos e ainda bem.” (P7)

Quando questionados diretamente sobre um possível novo projeto ou uma resposta social adequada às suas necessidades, os participantes revelam dificuldade em responder. A insegurança sobre o futuro a par de cada vez mais dificuldades sentidas, dificultam a perceção do que seria uma mais-valia para si, ou até do seu desejo.

“Neste momento, não posso estar a pedir muita coisa, não tenho grandes projetos, já estou com 66 anos, não tenho grandes projetos.” (P2)

Uma das questões que foi mencionada nas entrevistas, é que algumas pessoas foram colocadas num local menos central e por vezes têm dificuldade em se deslocar de transportes públicos. É também referido que deveria existir mais apoio alimentar ou bens (ex. produtos de higiene) uma vez que os seus rendimentos são baixos e por isso insuficientes face à realidade atual.

“Ajudam com aquilo que o projeto faz. Eu acho que não é assim uma ajuda por aí além. É uma ajuda. Acaba por não ajudar em coisas que a gente precisa, de ir a algum lado, ou coisas que se calhar a gente precisa de melhorar na nossa vida. As doutoras ajudam, só que eu acho que elas deviam ajudar mais em termos daquilo que eu acabei de falar: de alimentação, de produtos de higiene.” (P11)

Importa ainda salientar que o Housing First não permite a entrada de animais de companhia depois da adesão à resposta, integrando apenas animais que já estavam com a pessoa, tal como aconteceu com os entrevistados P2 e P5. Um dos entrevistados releva também a sua insatisfação quanto a este aspeto.

“A casa é mais alegre com animais. Eu não posso ter um animal dentro de casa? Então se eu quiser adotar um gato, não posso, porque não posso ter animais dentro do projeto e posso ser expulsa. Claro que eu vou optar por ter uma casa em vez de ter um animal, mas se me perguntarem acho isso um absurdo. Se os meus colegas podem, os meus vizinhos podem, por que raio o projeto diz que a gente não pode ter animais? É isso que me enerva e me deixa triste. Parece que não gostam dos animais e depois é isso que eu meto na cabeça: o que é que os animais fazem? Estragam alguma coisa? São tão quietinhos... há que saber levá-los e há que saber compreender, se a gente quer compreensão, os animais também querem compreensão e eu acho que o projeto não tem muito a ver com isso. É uma das coisas que eu tenho a apontar.” (P11)

No domínio da ação social, há críticas ao RSI como medida de proteção social, sendo invocada uma desatualização das políticas públicas, o que para os participantes gera desânimo e desmotivação. É referido que para receber o RSI algumas medidas contratualizadas não correspondem ao perfil ou necessidades sentidas pelas pessoas, o que remete para uma participação obrigatória em atividades que não consideram relevantes para si.

“Já não tenho paciência para tanta coisa, essa coisa, isso é quase da obriga, se não cortam o RSI, senão não ia, quero lá saber (...) Já tive formação de informática duas, três vezes. Informática. Chego lá, para quê que eu quero aquele curso? Não me adianta para nada.” (P4)

Se por um lado há a intenção de que haja um processo contínuo de desenvolvimento de competências, para além da atribuição da habitação como contributo para a reintegração social, por outro lado, estas ações deviam ser conciliadas com a pessoa e não imposições sob pena de perderem a sua única fonte de rendimento. Uma das estratégias apontadas para valorização das competências centra-se numa questão anteriormente abordada que é a participação e relação com a comunidade. Ou seja, nomeadamente no acompanhamento de beneficiários do RSI, deve ser garantida a possibilidade de a pessoa escolher livremente a sua participação social e cívica, assegurando a sua autodeterminação, autonomia e liberdade de escolha. A participação comunitária não é aqui entendida no seu sentido de obrigatoriedade de prestação de um serviço à comunidade, mas como forma de despertar interesses com impacto positivo no desenvolvimento de novos interesses.

“Faço voluntariado aos sábados, de 15 em 15 dias, na [nome da organização ocultado], e faço voluntariado em ateliês temático numa organização, numa plataforma de voluntariado chamada “Serve the City”. Faço os ateliês temáticos todos os meses. O último foi no mês passado e foi sobre ópera, que é a minha música de eleição (...) as minhas atividades no “Serve the city” abrem às pessoas uma

oportunidade que as pessoas nunca têm, porque imagina o que é falar em sem-abrigo e depois falar em ópera. Não liga, mas comigo liga, porque eu faço atelier, explico as cinturas de vozes, explico a história, paro a meio para explicar o que está a acontecer.” (P1)

Há quem manifeste a sua preocupação com as políticas públicas no domínio do consumo de drogas, dado que esta é uma problemática social e de saúde presente na vida de muitas pessoas que se encontram nesta situação. Assim, o modelo RRMD e as políticas públicas nesta matéria devem articular-se de forma a intervir nesta problemática de forma mais eficaz.

“Faz-me pena, pessoas que conheço há muitos anos, em outras vidas, e vê-las ainda agarradas à carrinha com 150/160 de metadona e depois à tarde ainda se vão drogar. E isso faz-me...não estou a criticar, cada um faz o que quer da sua vida, só que no meu tempo, eu comecei em 1980 e tal com a heroína, não havia a informação que há hoje, e hoje há informação melhor e mais conhecimentos e as pessoas cada vez, parece cada vez mais pessoas nesse flagelo, e custa-me, mas também não posso fazer nada” (P9)

No que diz respeito aos projetos de intervenção social, é notória a necessidade manifestada pelos entrevistados no que se refere a atividades ocupacionais, uma vez que a grande maioria se encontra em situação de desemprego de longa duração. Esta necessidade de ocupação surge do facto da maioria dos entrevistados (P1, P2, P4, P5, P8, P9 e o P10) se encontrarem isolados, não dispondo de uma forte rede de apoio. Manifesta-se assim, a necessidade de projetos complementares para incentivar a criação e manutenção de laços sociais mais fortes na sua comunidade, combatendo o isolamento social e promovendo um sentimento de pertença, mas também o estímulo cognitivo.

“A falta de ocupação também é bastante importante... Não ter ocupação, chega a um ponto que a pessoa começa a confundir os dias, não sabe se é segunda, se é quarta...” (P2)

Desta forma, foram propostas diversas possibilidades de intervenção social, tal como a sua integração em equipas de rua em que a metodologia de trabalho por pares permitira ser uma mais-valia para as pessoas que se encontram numa situação de sem-abrigo verem que é possível sair dessa situação. A comunicação entre um par e a pessoa acompanhada poderá ser mais facilitada, uma vez que já vivenciou essa situação, tal como funciona no modelo de redução de danos.

“Gostava de trabalhar numa ETR, que é uma Equipa Técnica de Rua, como par. Gostava de fazer esse trabalho. Porque, por muita informação, e não estou a dizer isto de forma depreciativa, por muita informação e por muita formação que os técnicos têm, nada como ter estado lá, nada como ter vivido aquilo, ter estado na rua, ter sobrevivido. E é isso...gostava de ter trabalhado na área social.” (P1)

Uma entrevistada sugeriu um projeto ligado a animais, como voluntariado em canis ou gatis, como forma de também sair de. Outra pessoa referiu o acompanhamento a pessoas idosas nas suas tarefas diárias, uma vez que muitas vezes também se encontram isoladas, pois na última casa onde esteve ajudava uma vizinha com dificuldades de mobilidade a deslocar-se a serviços públicos, sendo uma companhia com quem falar diariamente e solicitar ajuda, fortalecendo a sua rede de vizinhança.

“Ali onde estava, agora há lá uma pessoa ao lado... Ela tem dificuldade em andar e, então quando vai a qualquer lado, eu acompanho. Ou ir às compras, ou ir... Ou ir à segurança social, a qualquer lado, normalmente, eu acompanho. Pronto, não sei, é por exemplo...” (P2)

Foi ainda proposto um projeto que permitisse investir nas casas arrendadas. Uma das entrevistadas sugeriu criar uma empresa de mudanças, empregando participantes do projeto e inserindo-os, desta forma, no mercado de trabalho. Outras pessoas entrevistadas sugeriram utilizar as potencialidades dos beneficiários para melhorar as casas que poderão estar em estado de desgaste. Ou seja, seria realizado um levantamento das competências e dos pontos fortes para o desenvolvimento do próprio projeto sendo que as pessoas já integradas no Housing First, mas ainda desempregadas poderiam trabalhar em atividades ligadas à construção civil, à valorização das artes manuais e artesanato, tal como a valorização de outras competências individuais da pessoa.

“Se alguns integrantes do projeto, alguns como eu que vivemos embaixo do teto do projeto, tivessem talvez alguma oportunidade de trabalhar, pelo menos reformando as próximas casas que vão seguir sendo apoiadas pelo projeto.” (P3)

Destaca-se também a sugestão de um entrevistado que sugeriu a dinamização de projetos baseados em workshops de cozinha e de gestão doméstica, pois é necessário este tipo de ajuda numa fase inicial, referindo a sua importância no processo de reintegração social e na entrada de uma nova casa.

“Fazer workshops de cozinha, por exemplo, ensinar a cozinhar. Até já fiz na [nome da organização ocultado], cheguei a fazer isso na [nome da organização ocultado], ensinar pizza, por exemplo (...) E talvez, dando workshops, ensinar, por exemplo, numa casa assim, olha, ensino-te a cozinhar, era uma coisa que até me satisfazia.” (P9)

Para estas pessoas que integram o Housing First, os centros de acolhimento temporários são para eles respostas completamente desadequadas às necessidades das pessoas, por desrespeitarem os seus direitos, como a privacidade, colocando em causa a sua segurança, privacidade e direito ao descanso, pelo que incentivam a que se desenvolvam mais políticas como o Housing First.

“Eu gostava muito que projetos do Housing First houvesse para mais gente, porque eu vejo que cada vez há mais pessoas em situação de sem abrigo, e nem todos têm sorte... porque ao fim ao cabo, eu acho que é uma questão de sorte. Eu tive a sorte de me aparecerem as pessoas indicadas à frente e, por isso é que os sem abrigo e as pessoas que estão na rua querem continuar porque estão fartos também de serem...quer dizer, de prometerem uma coisa e depois ser outra. (...) É que cada vez há mais e quem pode ajudar cada vez mais está mais limitado em ajudar, é isso que também está a acontecer. Não só a nível de Portugal, mas mesmo a nível europeu.” (P9)

A importância da rede comunitária, muitas vezes criada através da participação em projetos e atividades, estimula a participação social, atuando os impactos de um percurso de exclusão ou marginalização social. Para tal, percebe-se que haverá necessidade de investimento em políticas e equipas preparadas para intervir nesta lógica de atuação e consigam garantir a qualidade dos serviços, mesmo em contextos desafiantes.

Conclusão

A compreensão do fenómeno da falta de habitação exige uma abordagem que reconheça a promoção deste direito numa relação de interdependência entre o contexto social e económico, o funcionamento das instituições e as experiências individuais. Só a partir desta leitura integrada é possível delinear políticas públicas eficazes e socialmente justas, capazes de transformar a habitação num direito efetivamente garantido para todas as pessoas. Neste sentido, esta dissertação começou por procurar responder a uma questão inicial mais alargada sobre “como a intervenção social nos programas habitacionais contribuiu para o processo de reintegração social de Pessoa em Situação de Sem-abrigo?”, tendo a investigação analisado a intervenção no Programa Housing First considerando a oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre esta medida de reintegração social.

Quanto aos fatores estruturais, institucionais e individuais condicionam o acesso à habitação em Portugal e que contribuem para exclusão social e habitacional, destaca-se a ineficácia de programas de apoio e a fragmentação das respostas institucionais. Estas traduzem-se, muitas vezes, em intervenções paliativas, que não abordam as causas estruturais do problema. Compreendemos que a situação de sem-abrigo tem como base diferentes fatores, agravados pela situação de pobreza, desemprego ou empregos precários como condição de vulnerabilidade social da pessoa. O acesso a habitação, principalmente nos centros urbanos, torna-se impossível para muitos atendendo aos rendimentos que auferem, mesmo trabalhando. Ou seja, o acesso a uma habitação acessível está diretamente relacionado com os fatores económicos e financeiros, sendo uma das principais causas deste fenómeno. No que diz respeito aos fatores associados às trajetórias pessoais, não foram identificados como causas isoladas, mas como consequências e expressões de um sistema mais amplo de desigualdades. A individualização do problema e a responsabilização da pessoa em situação de sem-abrigo deve ser criticamente questionada, uma vez que as dimensões estruturais e institucionais que condicionam essas trajetórias não podem ser ignoradas. A forma como o Estado e as instituições interpretam e operacionalizam o direito à habitação constitui um elemento determinante na concretização (ou negação) desse direito. A ausência de laços sociais, ou a rutura com os vínculos familiares também é estruturante para a situação de sem-abrigo, deixando as pessoas numa situação de isolamento. É desta forma que a intervenção social contribua para a manutenção constante das relações interpessoais e sociais, não só para o bem-estar emocional, mas também para a construção de capital social e cultural, que potencia oportunidades de inserção profissional e reforça os recursos disponíveis para enfrentar situações de fragilidade.

As experiências, perceções e vivências das pessoas em situação de sem-abrigo abrangidas pelo programa Housing First, ajudam-nos a reconhecer a sua importância na promoção da sua participação e reintegração social, quando comparativamente a outras respostas sociais. Apesar das ruas como local de permanência serem um local inseguro e violento, que atenta à dignidade da pessoa e do seu bem-estar, também os centros de acolhimento foram referidos como soluções não são muito seguras,

uma vez que a ocupação muitas vezes é excessiva criando um grande clima de instabilidade e violência, impedindo o descanso. Ou seja, ambas as situações impactos a curto e a longo prazo na saúde destas pessoas, muitas delas em situação limite e de vulnerabilidade extrema, a par de doenças crónicas e variadas e problemas de saúde mental, ou consumo de estupefacientes. A saúde física e mental é bastante importante para o bem-estar da Pessoa. Desta forma, os determinantes sociais da saúde, que se traduzem nas condições culturais, ambientais e socioeconómicas da pessoa, que impactam as suas condições de vida e de trabalho devem integrar o diagnóstico social, bem como os planos de intervenção construídos pela e com a pessoa, incentivando a criação e desenvolvimento de políticas de reintegração social eficazes.

Foram evidentes os contributos do programa Housing First na vida das pessoas com acesso habitação por esta via, principalmente para a reintegração social de pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal, neste caso na cidade em Lisboa, onde a falta de habitação e o número de pessoas sem teto e sem casa é mais elevado. Ao longo do decorrer da própria investigação, uma das associações acabou por cessar o seu projeto Housing First por falta de financiamento, destacando assim uma falta de investimento por parte dos órgãos competentes numa problemática social que cresce mais a cada ano, tal como é revelado através dos relatórios anuais da ENIPSSA (ENIPSSA, 2023). É necessário que o Estado suporte estas medidas, para que situações como o término abrupto de intervenções cujos resultados positivos eram evidentes não aconteçam, dado que podem colocar em causa o retorno social obtido. Além disso, a prevenção e não apenas uma forma intervenção, mas também um caminho para reduzir os custos associados. Quando a pessoa se encontra numa situação frágil, o acesso a cuidados de saúde pode ser cada vez mais difícil, perpetuando desta forma o ciclo de exclusão, pelo que as diferentes instituições (sociais, emprego, saúde, etc.) devem trabalhar de forma integrada. Desta forma, é possível evidenciar a importância do Housing First e os impactos positivos na pessoa que se encontra numa situação de extrema vulnerabilidade, valorizando a pessoa, reconquistando não só o direito a ter uma habitação, mas também a sua dignidade, respeito, privacidade, segurança, conforto e descanso. Foi ainda possível concluir, através do acompanhamento realizado com as equipas técnicas, que a intervenção destas é imprescindível, sendo as equipas multidisciplinares e contando sempre com a presença de um assistente social, o que sublinha a importância de garantir a defesa dos direitos humanos, dignidade e justiça social. Os assistentes sociais desempenham um papel fundamental na mediação entre a identificação dos problemas e as estratégias de ação, bem como na promoção de respostas por serem profissionais de primeira linha na intervenção social. Defender os direitos das pessoas em situação de sem-abrigo, zelar pela qualidade dos serviços prestados e contribuir para a melhoria das políticas sociais vigentes tornam-se um dever dos assistentes sociais e dos restantes profissionais que trabalham com esta população.

Por fim, refletimos sobre as recomendações para a intervenção social e para respostas sociais que promovam capacitação, autonomização e reintegração social e habitacional das pessoas em situação de sem-abrigo. representa, desta forma, uma grave privação de direitos humanos, incluindo o direito

a uma vida digna. Neste sentido, o desenvolvimento e aperfeiçoamento de políticas habitacionais assumem um papel determinante na promoção da reintegração social. A análise dos fatores que condicionam o acesso à habitação com base na experiência de vida das pessoas em situação de sem abrigo, possibilitou realizar um diagnóstico de necessidades, vulnerabilidades e condições de vida, mas também dos seus gostos, desejos e interesses. Compreende-se que mesmo após a atribuição da habitação é necessário estabelecer canais de acompanhamento que respeitem a autonomia da pessoa, garantindo-lhe o apoio necessário para a promoção dos seus direitos e também o apoio dos seus pares integrados na comunidade. Destaca-se, desta forma, a importância de projetos comunitários para a valorização de competências, validação social, autoestima, sentimento de pertença, reconstrução dos laços sociais e do seu papel social, bem como para a redução do isolamento. A participação em projetos e atividades comunitárias acaba por ser um reflexo da conquista do espaço público, necessária para a manutenção das relações sociais. Estes contextos de convivência são bastante importantes como forma de reclamar o direito ao espaço público, a reintegração comunitária e a reconstrução do lugar na comunidade. A intervenção deve ser centrada na pessoa e não assistencialista, sendo as equipas técnicas, o primeiro apoio das pessoas que se encontram numa situação de exclusão e, em especial os assistentes sociais, que garantem a defesa dos direitos das pessoas. Os assistentes sociais colocam a defesa dos direitos humanos como prioridade, dando voz aos que ainda não a têm (Iamamoto, 2000). Assim, o Serviço Social consegue, desta forma, chegar às pessoas, identificando as suas dificuldades, destacando as suas potencialidades e defendendo valores basilares como a justiça social, autodeterminação, respeito e compreensão, colocando a pessoa no centro da intervenção e respeitando as suas decisões, garantindo segurança, dignidade e autonomia (Cancela et al., 2023). É necessário um acompanhamento próximo e presente, uma vez que não basta dar uma casa, sendo essencial garantir a continuidade do processo de reintegração social.

O programa Housing First coaduna-se com estes princípios, nomeadamente pela intervenção que se sustenta na filosofia e modelo da redução de danos (Godinho, 2024) e que partilha as dimensões do modelo ecossocial (Rocha, 2015). Realça-se a importância de projetos e atividades comunitárias como forma de ocupação social, garantindo um espaço de pertença e participação também no espaço público. Por outro lado, os esforços políticos para combater a especulação imobiliária podem contribuir para o aumento da oferta habitacional privada, mas também do setor público através da reabilitação de casas abandonadas dinamizando igualmente a comunidade. Espera-se, assim, que o presente estudo evidencie a importância da Pessoa no processo de intervenção, bem como de reconhecer e valorizar o papel das políticas públicas e de equipas que se rejam por princípios humanistas e promotores das potencialidades e participação social. Para investigações futuras, seria pertinente aprofundar a análise da trajetória que decorre desde a saída da situação de rua até à integração em habitação permanente, em diferentes regiões do país, pois tal estudo permitiria comparar os tipos de respostas existentes para esta população e a intervenção social neste domínio, com o objetivo de estabelecer linhas orientadoras em função das problemáticas identificadas.

Referências bibliográficas

- Aldeia, J. (2012). Investigar o fenómeno dos sem-abrigo- Em defesa de uma política ontológica declarada e preocupada. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 97, 133-154
<https://doi.org/10.4000/rccs.4964>
- Aldeia, J. (2014). De “cidadão” a “sem-abrigo”. O laço de cidadania no fenómeno dos sem-abrigo. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, 16(2), 229–244.
<https://doi.org/10.12957/irei.2014.16703>
- Allegra, M., & Giovanni, C.D. (2024). Habitação digna para todos? 50 anos de políticas de habitação em Portugal. Em Delicado, A., & Ferrão, J. (Eds.), *Portugal Social em Mudança-50 anos do 25 de abril* (pp.61-71). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Almeida, J. F. (1993). Integração social e exclusão social: algumas questões. *Análise Social*. 28(123-124). 829-834
- Antunes, G., Lúcio, J., Soares, N. P., & Julião, R.P. (2016). Políticas de habitação social precedentes a abril de 1974. *Geolnova – Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional*, (13), 53-81. https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/4314761/n13_3_GEOINOVA.pdf
- Associação dos Profissionais de Serviço Social (2018). *Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal*. <https://www.eas.pt/wp-content/uploads/2018/12/C%C3%B3digo-Deontol%C3%B3gico-dos-Assistentes-Sociais-C%C3%B3pia-1.pdf>
- Barranco-Expósito, C., Delgado-Toledo, M. C., Melin-Marchal, C., & Quintana-Martín, R. (2010). Trabajo social en vivienda: investigación sobre calidad de vida percibida. *Portularia*, 10(2), 101-112.
<https://ariasmontano.uhu.es/rest/api/core/bitstreams/92acc5cc-17f2-478d-9c92-0e98811026fc/content>
- Batistella, C. (2007). Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. Em A. F. Fonseca & A. M. D’A. Corbo (Orgs.), *O território e o processo saúde – doença* (pp.51-86.). Fiocruz.
https://www.retsus.fiocruz.br/upload/documentos/territorio_e_o_processo_2_livro_1.pdf
- Bekele, W. B., & Ago, F. Y. (2022). Sample Size for Interview in Qualitative Research in Social Sciences: A Guide to Novice Researchers. *Research in Educational Policy and Management*, 4(1), 42-50.
<https://doi.org/10.46303/repam.2022.3>
- Bokszczanin, A., & Rogowska, A. M. (2021). From evidence to practice: Implementation of the Housing First program in Poland. Em J. Ornelas & M. J. Vargas-Moniz (Eds.), & HOME_EU Consortium Study Group, *Homelessness as unfairness* (pp. 99–106). ISPA - Instituto Universitário.
- Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. Em J.G. Richardson (Ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (pp. 15-29). Greenwood.
https://home.iitk.ac.in/~amman/soc748/bourdieu_forms_of_capital.pdf

- Brizolla, M. M. B., Petry, J. F., Uchôa, A. G. F., & Ferreira, H. L. B. (2020). Uma Revisão sobre a Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais Aplicadas. *UFAM Business Review*, 2(3), 103-130. <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/ufambr/article/view/8087/5867>.
- Câmara Municipal de Lisboa (2024). *Plano Municipal para a Pessoa em Situação de Sem Abrigo 2024-2030*. https://cidadania.lisboa.pt/fileadmin/cidadania/programas/PMPSSA_2024_2030_APROVADO_28_05_2024.pdf
- Campos, D. F. S., da Silva, R. D. O., & Barbosa, A. M. S. (2022). Desafios do psicólogo no processo de reintegração social. *Research, Society and Development*, 11(6), 1-12. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i6.29098>.
- Cancela, A. M., Caetano, A. P., Teixeira, M., & Dias Almeida, C. (2023). A Intervenção Social com Pessoas em Situação de Sem-Abrigo. O papel das políticas sociais de âmbito nacional e local. *Revista Temas Sociais*, (4), 33-49. https://doi.org/10.53809/TS_ISS_2023_n.4_33-49
- Canotilho, J. J. G., & Moreira, V. (2007). *Constituição da República Portuguesa anotada* (4.ª ed.). Coimbra Editora.
- Casquilho-Martins, I. (2021). The Impacts of Socioeconomic Crisis in Portugal on Social Protection and Social Work Practices. *Sustainability*, 13(23), 2-14. <https://doi.org/10.3390/su132313198>.
- Casquilho-Martins, I., & Sousa, I. (2024). A formação em Serviço Social em Portugal: uma análise da constituição do campo. *Revista Brasileira de História da Educação*, 24, 1-24 DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v24.2024.e330>
- Costa, A. B. (2015). Prefácio. Em F. Diogo, A. Castro, & P. Perista (Orgs.), *Pobreza e exclusão em Portugal—Contextos, transformações e estudos* (pp. 7-16). Húmus. https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/4191/1/POBREZA_E_EXCLUSAO_SOCIAL_EM_PORTUGAL.pdf
- Cunha, D. S., Soares, M. V., & Pimentel, P. G. R. (2017, agosto 22-25). *O assistente social na garantia de acesso à habitação* [Sessão de conferência]. VIII Jornada Internacional Políticas Públicas, São Luís/Maranhão-Brasil. <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo4/oassistentesocialnagarantiadeacessoahabitacao.pdf>
- Departamento de Desenvolvimento Social (2025). *Manual técnico Housing First*. Instituto da Segurança Social. https://www.seg-social.pt/storage1/files/Manual-Tecnico-Housing-First-2025-l8GL7fveS_EGK-xCG5V2nQ.pdf
- Dunk-West, P. (2018). *How to be a social worker: A critical guide for students*. Bloomsbury Publishing.
- Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023. (2018). *Conceito de pessoa em situação de sem-abrigo*. <https://www.enipssa.pt/conceito-de-pessoa-em-situacao-de-sem-abrigo>

- Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (2023). *Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo—31 de dezembro de 2022*. <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/S%C3%ADntese+de+resultados+2022+-+Inqu%C3%A9rito+de+caracteriza%C3%A7%C3%A3o+das+pe%C3%A7as+em+situa%C3%A7%C3%A3o+de+sem-abrigo/0485efbb-0839-46c3-81cc-43e054bc20a0>
- Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (2024). *Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo—31 de dezembro de 2023*. <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/S%C3%ADntese+de+resultados+2023+-+Inqu%C3%A9rito+de+caracteriza%C3%A7%C3%A3o+das+pe%C3%A7as+em+situa%C3%A7%C3%A3o+de+sem-abrigo/6fef4b31-d76c-4c20-a80a-4e2725956b65>
- Felgueiras, S. F., Caetano, A. P., Teixeira, M., & Almeida, C. (2024). Entre a política e a prática: Estudo de caso das perceções de profissionais e utentes sobre as políticas para pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal. *Emancipação*, 24, 1–13. <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.24.23178.041>
- Fondeville, N., & Ward, T (2011). *Homelessness during the crisis* (Research Note 8/2011). European Commission, Directorate-General for Employment, Social Affairs and Inclusion. <https://ec.europa.eu/social/BlobServlet?docId=9847&langId=en>
- Freitas, D., & Belchior, H. (2023). Serviço Social Eco-Social e Desenvolvimento Local: o ambiente na intervenção comunitária. *Intervenção social*, (61), 285-299. <https://doi.org/10.34628/3fgw-kc37>
- Godinho, V. D. (2024). *O consumo feminino: Intervenção de redução de danos em centros de acolhimento mistos* [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/34218>
- Gonçalves, H. F. M. (2016). *Políticas sociais e Sem-abrigo - uma relação (in)mediável?* [Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais- Instituto Politécnico de Leiria]. https://iconline.ipleiria.pt/bitstream/10400.8/2376/1/Tese_Helena%20Gon%ca7alves.pdf
- Gonçalves, I. C., & Silva, A. F. (2021). Visita aos sem-abrigo. *Revista Portuguesa De Medicina Geral E Familiar*, 37(1), 76-78. <https://doi.org/10.32385/rpmgf.v37i1.12660>
- Greenwood, R.M., Manning, R.M., & O'Shaughnessy, R.B. (2021). Reversing the unfairness of homelessness: an examination of service users' experiences of housing first and traditional services in eight European countries. Em J. Ornelas & M. J. Vargas-Moniz (Eds.), & HOME_EU Consortium Study Group, *Homelessness as unfairness* (pp. 23–30). ISPA - Instituto Universitário.
- Grupo para a Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia (2023). *Aquisição de serviços de consultoria para avaliação ex-post da Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA 2017-2023)- Relatório Final- volume I*. Quaternaire.

- <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/Relat%C3%B3rio+Final+-++VOL+I/8547e0ca-630f-4119-ae87-bd4f4149712c>
- Guerra, I. (2011). As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 22, 41-68
- Iamamoto, M. V. (2000). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. Cortez.
- Instituto Nacional de Estatística (2024). *O Parque Habitacional: Análise e Evolução – 2011-2021*. INE. <https://www.ine.pt/xurl/pub/436990434>
- Jorge, P. (2022). Determinantes do adoecimento mental na população sem-abrigo. *Revista Portuguesa De Medicina Geral e Familiar*, 38(5), 488-495. <https://doi.org/10.32385/rpmgf.v38i5.13394>
- Leal, G. F. (2011). *Exclusão social e ruptura dos laços sociais: Análise crítica do debate contemporâneo*. Editora Ufsc. <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2008.418548>
- L'Huillier, F. J. (2021). La producción del espacio urbano capitalista: aportes del funcionalismo, la Escuela de Chicago, Henri Lefebvre y Manuel Castells. *Perspectiva Geográfica*, 26(1), 108-130.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Metodologia científica*. Atlas
- Mendes, L. (2020). Nova geração de políticas de habitação em Portugal: Contradições entre o discurso e as práticas no direito à habitação. *Finisterra*, 55(114), 77–104. <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/19635>
- Observatório Nacional de Luta contra a pobreza (2024). *Pobreza e exclusão social em Portugal: Relatório 2024*. EAPN Portugal. https://www.unicef.pt/media/4741/onlcp_pes_final.pdf
- Oliveira, F. P., Aragão, A., & Dias, J. E. F. (2020). O Direito à habitação e ao habitat na Lei de Bases da Habitação. *RevCEDOUA*, (46), 151-160. <https://impactum-journals.uc.pt/index.php/revcedoua/article/view/16313/10954>
- Organisation for Economic Co-operation and Development (2023). *Living wages in practice* (Policy Insights). OECD Publishing. https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2023/04/living-wages-in-practice_420d590d/699b3f9b-en.pdf
- Ornelas, J., & Vargas-Moniz, M. J. (Eds.), & HOME_EU consortium study Group (2021). *Homelessness as unfairness*. H2020_HOME_EU: Reversing Homelessness in Europe. ISPA - Instituto Universitário.
- Pena, M. J. (2015). A Visita Domiciliária na Relação de Ajuda em Serviço Social. In M. I. Carvalho (Coord.). *Serviço Social com Famílias* (pp. 109- 123). Pactor
- Pinto, T. C. (2020). Da crise da habitação à crise da habitação: Trajetória de um direito comprometido. Em M. C. Silva, L. V. Baptista, F. B. Ribeiro, J. Felizes & A. M. N. Vasconcelos (Ed.), *Espaço urbano e habitação básica como primeiro direito* (pp. 55–81). Húmus.

- Portes, A. (2000). Capital Social: Origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*. (33), 133-158
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Gradiva.
- Ricardo, A. F. B. (2019). *O processo de reinserção social das pessoas em situação de sem abrigo na cidade de Lisboa* [Dissertação de mestrado, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/19528/4/master_ana_baltazar_ricardo.pdf
- Richardson, J. G. (1986). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Greenwood Press
- Rocha, H. M. B. C. C. L. (2015). *Serviço social e ambiente: A sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis* [Tese de Doutoramento, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/11964>
- Sampaio, C., Pereira, C., & Pereira, C. (2023). Avaliação da Intervenção Social em contexto de habitação social: a participação sócio-ocupacional no processo de (re) estruturação da população em situação de vulnerabilidade social, *Intervenção Social*, (61), 201-215. <https://doi.org/10.34628/3mbb-xp83>
- Sasse, L., & Berz, H. T (2025, abril). *Crise de habitação na União Europeia*. https://www.europarl.europa.eu/erpl-app-public/factsheets/pdf/pt/FTU_3.6.11.pdf
- Silva, P. A. S. (2014). *Contributos para a inovação da intervenção do serviço social na situação de Pessoas Sem-Abrigo* [Dissertação de mestrado, Iscte-Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório do Iscte. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/9213>
- Sousa, V. R. de., & Gonçalves, H. (2025). Práticas do Serviço Social na Habitação Social: Da prática de gestão do acesso à mediação. *Temas Sociais*, (8), 133-157. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/temassociais/article/view/9657/5960>
- Stadler, S. L., & Collins, D. (2023). Assessing Housing First programs from a right to housing perspective. *Housing Studies*, 38(9), 1719-1739. <https://doi.org/10.1080/02673037.2021.1982873>
- UIS - Unidade de Intervenção Social/ UCRS) Unidade de Cooperação e Respostas Sociais (2024). *Manual Técnico Centro de Alojamento de Emergência Social*. Instituto de Segurança Social. https://www.seg-social.pt/storage1/files/Manual--Tecnico-CAES-2024-FCGDEznGaqxP_CxdyeHEQ.pdf

Legislação Consultada

Constituição da República Portuguesa - Lei constitucional n.º 1/2005, de 12 de Agosto (sétima revisão constitucional)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho, que aprovou a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2024, de 2 de abril, que aprovou a Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030

Resolução do Conselho de Ministros n.º 208/2024, de 2 de abril, que aprovou a Nova Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2025-2030 e o plano de Ação 2025-2026

Decreto-Lei nº 183/2001, de 21 de junho, que aprovou o regime geral de políticas de prevenção e redução de riscos e minimização de danos

Anexos

Anexo 1 – Modelo do Consentimento Informado

CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no Iscte- Instituto Universitário de Lisboa no âmbito do mestrado em Serviço Social.

O estudo tem por objetivo geral analisar os principais desafios e oportunidades no acesso aos direitos à habitação, visando a intervenção e reintegração social de Pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal. Com destaque no programa Housing First e possíveis projetos comunitários que possam ter impacto no processo de reintegração social.

A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio científico, consistindo na colaboração por via da realização de uma entrevista semiestruturadas na qual poderá livremente responder de acordo com a sua interpretação.

A entrevista será realizada num único momento, agendado em data e hora por acordo mútuo, sem duração limite predefinida. O participante poderá interromper a sua participação em qualquer momento da entrevista, se assim o desejar. A entrevista seguirá um guião previamente elaborado, sendo que o participante poderá escolher livremente a quais questões pretende responder. Para a realização da entrevista, será solicitado o consentimento para gravação em formato digital, permitindo a posterior transcrição. Após a transcrição, tanto a gravação como quaisquer dados que possibilitem a identificação do participante serão eliminados.

O Iscte é o responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento de acordo com o art.º 6.º, n.º 1, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

O estudo é realizado por Vânia Pereira Mendes - vpmsa@iscte-iul.pt , que poderá contactar caso pretenda esclarecer uma dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais.

A participação neste estudo é confidencial. Os seus dados pessoais serão sempre com sigilo e confidencialidade. O Iscte garante a utilização das técnicas, medidas organizativas e de segurança

adequadas para proteger as informações pessoais. É exigido a todos os investigadores que mantenham os dados pessoais confidenciais.

Além de confidencial, a participação no estudo é estritamente voluntária, tendo a possibilidade de desistir em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação.

Os seus dados pessoais serão anonimizados e a transcrição de entrevista conservada por um período máximo de cinco anos, após o qual será destruída, garantindo-se o seu anonimato nos resultados do estudo, que apenas serão tratados e divulgados para efeitos de ensino e de comunicação científica.

Declaro ter compreendido os objetivos do estudo proposto, explicados pela investigadora, e de me ter sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora.

Aceito participar no estudo e autorizo a gravação da entrevista, de acordo com a informações que me foram disponibilizadas.

Sim ___ Não___

Nome: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Nome da Investigadora: Vânia Pereira Mendes

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

Anexo 2 – Modelo do Guião de Entrevista

Abertura: Primeiramente, quero agradecer a sua disponibilidade para participar no presente estudo que tem o objetivo geral analisar os principais desafios e oportunidades no acesso aos direitos à habitação, visando a intervenção e reintegração social de Pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal. Antes de começar a entrevista, apresento-lhe o termo de consentimento informado através do qual de assegura que os dados recolhidos serão salvaguardados e usados apenas para a presente investigação, não sendo partilhados com terceiros.

Dados Sociodemográficos – Caracterização da Amostra

1 – Gostava de recolher alguma informação de forma anónima para caracterização sociodemográfica e ouvir a sua história. Se me pudesse dizer a sua idade, nacionalidade, etc..., bem como o contacto com a família, última profissão ou casa que teve.

Fatores associados à situação de sem-abrigo

2 - Há quanto tempo está/esteve numa situação de sem-abrigo e como chegou a essa situação?

3 - Tentou falar com amigos ou familiares antes de chegar situação de sem-abrigo ou foi um percurso isolado?

4 – Considerando a situação de sem-abrigo onde se encontrou, quais foram as principais dificuldades para conseguir encontrar um lugar para viver e como lidou com esse processo?

Políticas, estratégias e respostas na comunidade direcionadas às pessoas em situação de sem-abrigo

5 - Quais foram as maiores barreiras que encontrou quando ficou na situação de sem-abrigo e quem a/o apoiou durante os períodos de dificuldade?

6 - Considera-se acolhida/o na comunidade (comunidade enquanto bairro, freguesia, redes de vizinhança) e sentiu algum amparo da mesma? O que é que significa para si essa relação de comunidade?

7 - Como foi o primeiro passo para obter ajuda/apoio perante a situação que se encontrava?

8 - Como conheceu as entidades que a/o apoiam e porque projeto/programa é que está abrangido atualmente?

9 - O que significa para si esta relação com a entidade? Desde que se encontra neste projeto, conseguiu fazer amizades ou criar alguma ligação/relação com as pessoas à sua volta?

Avaliação e recomendações sobre a intervenção social com pessoas em situação de sem-abrigo

10 - Qual a sua opinião sobre as respostas sociais encontradas ao longo deste processo? Estão de acordo com as suas necessidades?

11 - No decurso da intervenção social, de que forma a(s) assistente(s) social(ais) têm impacto no seu processo de reintegração social? Como caracteriza a relação tem com as assistentes sociais?

12 - Que projetos gostaria de ter e quais aqueles que sente falta?

13 - Se pudesse criar uma resposta do 0, como é que seria para si?

Encerramento: Finalizar a entrevista e estar disponível para esclarecer qualquer questão que não tenha sido previamente colocada e agradecer a participação.

NOTA METODOLÓGICA: Apesar da extensão do guião de entrevista, algumas das questões não foram expressamente colocadas, dado que a resposta já tinha sido dada em perguntas anteriores, ou quando se revelavam temas sensíveis para a pessoa entrevistada.

Anexo 3 – Grelha com a matriz de análise de suporte à codificação das entrevistas

Dimensão [base teórica]	Categorias	Subcategorias
Dados Sociodemográficos: Caracterização da Amostra	Perfil sociodemográfico	Idade; Género; Nacionalidade; Estado civil; Escolaridade
	Histórico familiar e pessoal	Relação com a família; Situação familiar atual; Apoio familiar
	Percurso profissional e habitacional	Última profissão; Situação laboral atual; Última habitação; Alojamento anterior
Fatores associados à de exclusão social e habitacional [Casquilho-Martins (2021), Costa (2015) Diogo et al., (2015), Guerra (2011), Leal (2011), Mendes (2020), Pinto (2020), Richardson (1986)]	Tempo e trajetória na situação de sem-abrigo	Duração da situação; Circunstâncias de entrada; Eventos marcantes
	Causas da situação (estruturais, institucionais, individuais)	Desemprego; Ruptura familiar; Problemas de saúde; Dependências; Problemas económicos; Separação conjugal; Perda de habitação
	Rede de suporte	Apoio familiar; Apoio de amigos; Ausência de rede de suporte; Isolamento social
	Dificuldades no acesso à habitação	Falta de recursos económicos; Falta de documentação; Falta de respostas sociais; Discriminação
	Estratégias de sobrevivência	Dormir na rua; Recurso a instituições; Apoio informal; Estratégias pessoais
Políticas, estratégias e respostas direcionadas às pessoas em situação de sem-abrigo [ISS (2025), ENPISSA (2023), Ornelas et al. (2021), Ricardo (2019), Sampaio et al. (2023), Standler & Collins (2023)]	Barreiras enfrentadas	Burocracia; Estigma; Falta de informação; Falta de apoio institucional
	Fontes de apoio	Instituições sociais; ONGs; Igreja; Apoio informal (amigos/família)
	Integração comunitária	Sentimento de pertença; Apoio da vizinhança; Relações de confiança; Exclusão social
	Procura de ajuda	Motivação para procurar apoio; Dificuldades no acesso; Primeiros contactos com serviços
	Conhecimento e envolvimento institucional	Identificação das entidades; Tipo de programa; Duração do acompanhamento
	Relação com a entidade	Confiança; Apoio emocional; Relações interpessoais; Amizades e redes criadas
Avaliação e recomendações sobre a intervenção social na proteção do direito á habitação e com pessoas em situação de sem-abrigo [Barranco-Expósito et al. (2010), Freitas & Belchior (2023), Godinho (2024), Jorge (2022), Ornelas et. al. (2021), Ricardo (2019), Rocha (2015); Silva (2014); Sousa & Gonçalves (2025)]	Avaliação das respostas sociais	Satisfação com o apoio; Adequação às necessidades; Limitações das respostas
	Papel do assistente social	Relação profissional; Apoio emocional; Orientação prática; Impacto percebido
	Projetos de intervenção	Planos futuros; Desejos e motivações; Obstáculos percebidos
	Recomendações e sugestões	Ideias inovadoras; Necessidades não atendidas; Expectativas face às políticas públicas